

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:**“CONJUNTO HABITACIONAL DE GUIFÕES”**

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE GUIFÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

CAPÍTULO I	11
DISPOSIÇÕES GERAIS	11
Cláusula 1ª	11
Definições	11
Cláusula 2ª	11
Elementos do contrato	11
Cláusula 3ª	12
Disposições reguladoras do contrato	12
Cláusula 4ª	13
Entrada em vigor	13
Cláusula 5ª	13
Obrigações do Adjudicatário	13
CAPÍTULO II	14
FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO	14
Cláusula 6ª	14
Elaboração do Projeto de execução e responsabilidade do adjudicatário	14
Cláusula 7ª	15
Parâmetros Gerais de elaboração de projeto	15
Cláusula 8ª	15
Acesso à informação pelo adjudicatário e manutenção do sigilo	15
Cláusula 9ª	16
Acompanhamento do Projeto	16
Cláusula 10ª	16
Alterações ao Projeto	16
Cláusula 11ª	17
Retificação ou Correção do Projeto	17
Cláusula 12ª	17
Propriedade do Projeto de Execução	17
Cláusula 13ª	17
Transferência de propriedade	18

Cláusula 14ª	18
Prazos de elaboração do projeto	18
CAPÍTULO III	20
FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA	20
Cláusula 15ª	20
Início da fase de execução da obra	20
Cláusula 16ª	20
Preparação e planeamentos da obra	20
Cláusula 17ª	23
Ajustamento do plano de trabalhos	23
Cláusula 18ª	24
Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos	24
Cláusula 19ª	25
Execução simultânea de outros trabalhos no local da empreitada	25
Cláusula 20ª	26
Prazo de execução do contrato	26
Cláusula 21ª	27
Cumprimento do plano de trabalhos	27
Cláusula 22ª	27
Prorrogação dos prazos de execução da empreitada	27
Cláusula 23ª	28
Erros ou omissões do projeto e de outros documentos	28
Cláusula 24ª	29
Multas por violação dos prazos contratuais	29
Cláusula 25ª	29
Atos e direitos de terceiros	29
Cláusula 26ª	30
Condições gerais de execução dos trabalhos	30
Cláusula 27ª	33
Menções obrigatórias no local dos trabalhos	33
Cláusula 28ª	33

Regras de medição	33
Cláusula 29ª	34
Locais e instalações para a implantação e exploração do estaleiro	34
Cláusula 30ª	35
Instalações provisórias.....	35
Cláusula 31ª	35
Redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações	35
Cláusula 32ª	36
Equipamento.....	36
Cláusula 33ª	36
Trabalhos de proteção e segurança.....	36
Cláusula 34ª	37
Demolições	37
Cláusula 35ª	38
Remoção de vegetação.....	38
Cláusula 36ª	38
Direito de inspeção	38
Cláusula 37ª	39
Características dos equipamentos, materiais e elementos de construção.....	39
Cláusula 38ª	40
Materiais e elementos de construção pertencentes à entidade adjudicante.....	40
Cláusula 39ª	41
Aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção	41
Cláusula 40ª	41
Amostras.....	41
Cláusula 41ª	42
Ensaio.....	42
Cláusula 42ª	42
Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção.....	42
Cláusula 43ª	43
Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção	43

Cláusula 44ª	43
Aplicação dos materiais e elementos de construção	43
Cláusula 45ª	43
Casos especiais de equipamentos e materiais sujeitos a homologação	43
Cláusula 46ª	44
Depósito e armazenagem de equipamentos, materiais ou elementos de construção	44
Cláusula 47ª	45
Substituição e remoção de materiais e elementos de construção	45
Cláusula 48ª	45
Reuniões periódicas	45
Cláusula 49ª	45
Livro de registo da obra	45
Cláusula 50ª	46
Outros encargos do adjudicatário na fase de execução da obra	46
Cláusula 51ª	48
Encargos com Certificações, Vistorias e Taxas	48
Cláusula 52ª	48
Publicidade	48
Cláusula 53ª	48
Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	48
Cláusula 54ª	49
Obrigações gerais do adjudicatário quanto ao pessoal da obra	49
Cláusula 55ª	49
Horário de trabalho	49
Cláusula 56ª	50
Segurança, higiene e saúde no trabalho	50
Cláusula 57ª	51
Formação	51
Cláusula 58ª	52
Receção provisória	52
Cláusula 59ª	52

Colocação ao serviço e transferência para fase de Operação e Manutenção	52
Cláusula 60ª	53
Prazo de garantia	53
Cláusula 61ª	54
Obrigações do adjudicatário durante o prazo de garantia	54
Cláusula 62ª	56
Receção definitiva	56
CAPÍTULO IV	56
DISPOSIÇÕES COMUNS À FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO E À FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA	56
Cláusula 63ª	56
Preço	56
Cláusula 64ª	57
Condições de pagamento	57
Cláusula 65ª	59
Revisão de preços	59
Cláusula 66ª	60
Adiantamentos ao adjudicatário	60
Cláusula 67ª	60
Reembolso dos adiantamentos	60
Cláusula 68ª	61
Caução, Descontos e Retenção nos Pagamentos	61
Cláusula 69ª	61
Execução da caução	61
Cláusula 70ª	62
Contratos de seguro	62
Cláusula 71ª	63
Seguros a Contratar	63
Cláusula 72ª	64
Objeto dos contratos de seguro	64
Cláusula 73ª	65

Comprovativo de contratação e aprovação das apólices de Seguro	65
Cláusula 74ª	65
Notificação de Sinistros.....	65
Cláusula 75ª	65
Penalidades	65
Cláusula 76ª	66
Suspensão da execução do contrato	66
Cláusula 77ª	67
Casos de força maior.....	67
Cláusula 78ª	69
Resolução do Contrato pela entidade adjudicante	69
Cláusula 79ª	71
Resolução do contrato pelo adjudicatário.....	71
Cláusula 80ª	71
Subcontratação e cessão da posição contratual	71
Cláusula 81ª	73
Representação do adjudicatário	73
Cláusula 82ª	74
Representação da entidade adjudicante	74
Cláusula 83ª	74
Notificações e comunicações	74
Cláusula 84ª	75
Deveres de colaboração recíproca e informação	75
Cláusula 85ª	75
Confidencialidade	75
Cláusula 86ª	76
Contagem dos prazos.....	76
Cláusula 87ª	76
Litígios	76
Cláusula 88ª	76
Proteção de dados pessoais	76

ANEXO I	80
ESTUDO PRÉVIO (DOCUMENTOS).....	80
Apêndice 1: Memória Descritiva e Justificativa.....	80
Apêndice 2: Planta de Localização/Levantamento Topográfico	80
Apêndice 3: Plantas do Edifício, alçados e cortes V1	80
Apêndice 4: Estudo Geotécnico	80
Apêndice 5: Documentos a Submissão para a fase do Projeto	80
Apêndice 6 – Mapa “AcinGov”	80
Apêndice 7: Condições Técnicas Especiais	80
ANEXO II	81
CONDIÇÕES TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO	81
Cláusula 89ª	82
Equipa Técnica	82
Cláusula 90ª	83
Condições técnicas	83
Cláusula 91ª	83
Conteúdo dos serviços a prestar	83
Cláusula 92ª	84
Condições especiais	84
Cláusula 93ª	87
Segurança e saúde na fase do projeto	88
Cláusula 94ª	89
Plano de Segurança e Saúde em Projeto	89
ANEXO II	91
Apêndice 2: Tabela com Medidas de Eficiência	91
Apêndice 3: Requisitos BIM a satisfazer	91
ANEXO II: APÊNDICE 1	92
EQUIPA TÉCNICA.....	92
ANEXO II: Apêndice 2.....	95
ANEXO III	97
CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	97
Secção nº1	98

ÂMBITO E OBJETO DO CONCURSO.....	98
Secção nº2	99
EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA.....	99
Secção nº3	101
ENSAIOS.....	101
Secção nº4	101
MARCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.....	101
Secção nº5	103
Serviços afetados e outros Trabalhos.....	103
Secção nº6	105
ENSAIOS DE RECEÇÃO E PROVAS DE CARGA.....	105
Secção nº7	105
SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA.....	105
Secção nº8	106
Sinalização das obras.....	106
Secção nº9	106
CONSERVAÇÃO DA OBRA DURANTE OS PERÍODOS DE EXECUÇÃO E DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS.....	106
Secção nº10	107
Construções Provisórias.....	107
Secção nº11	107
Instalações para a Fiscalização.....	107
Secção nº12	108
Sistema Informático.....	108
Secção nº13	109
Equipamento de Proteção Individual.....	109
Secção nº14	109
Reportagem.....	109
Secção nº15	109
Materiais Removidos.....	109
Secção nº16	110
Telas Finais.....	110
Secção nº17	111

Informação Documental	111
Secção nº18	111
Trabalhos Complementares	111
Secção nº19	112
AMBIENTE	112
Secção nº20	114
SEGURANÇA	114
Secção nº21	117
QUALIDADE	117
Secção nº22	118
BUILDING INFORMATION MODELLING (BIM)	118

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

DEFINIÇÕES

1. O presente Caderno de Encargos contém as Cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, adotado pela Câmara Municipal de Matosinhos, na qualidade de entidade adjudicante, que tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a Conceção e Construção do Conjunto Habitacional de Guifões.
2. Inclui-se no objeto do contrato referido no número anterior:
 - A elaboração do Projeto de Execução do Edifício “Conjunto Habitacional de Guifões”;
 - A execução da empreitada referente ao “Conjunto Habitacional de Guifões”;
 - O cumprimento das demais obrigações fixadas no presente Caderno de Encargos e nos respetivos anexos.
3. O presente Caderno de Encargos inclui, como Anexos de que dele fazem parte integrante:
 - O **Estudo Prévio**, que constitui o Anexo I, com os respetivos Apêndices;
 - **As condições técnicas de elaboração do projeto**, que constituem o Anexo II com os respetivos Apêndices;
 - **As condições técnicas de execução da obra**, que constituem o Anexo III, com os respetivos Apêndices;

Cláusula 2ª

ELEMENTOS DO CONTRATO

O contrato integra os seguintes elementos:

1. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão

competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;

2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
3. O presente Caderno de Encargos;
4. A proposta;
5. Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
6. O clausulado contratual.

Cláusula 3ª

Disposições reguladoras do contrato

Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, a execução do Contrato obedece:

1. Ao Código dos Contratos Públicos, na redação em vigor;
2. À Portaria n.º Portaria 255/2023 de 07 de agosto;
3. À Portaria 959/2009, de 21 de agosto;
4. Ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação em vigor;
5. Ao Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na redação em vigor;
6. Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que contém as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis, na redação em vigor, bem como à respetiva legislação complementar e à restante legislação que disciplina a segurança e saúde do trabalho que seja aplicável;
7. Ao Decreto n.º 41.821, de 11 de agosto de 1958, que aprovou o regulamento de segurança no trabalho da construção civil;
8. Ao Decreto n.º 46427, de 10 de julho de 1965, que aprovou o regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras;
9. Ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, que aprovou o regulamento de sinalização do trânsito, na redação em vigor;
10. Ao Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que aprovou o regime jurídico

da revisão de preços;

11. Ao Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, que aprovou o regime de gestão de resíduos de construção e demolição, na redação em vigor;
12. À Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprovou o regime da promoção da segurança e saúde no trabalho;
13. À restante legislação, nacional e europeia, regulamentação e normas aplicáveis, nomeadamente no que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, e segurança, prevenção e medicina no trabalho, à responsabilidade civil perante terceiros, aos alvarás, ao ambiente, à proteção de pessoas e bens, à análise e mitigação de riscos e à compatibilidade eletromagnética:
 - a) Às orientações e instruções emanadas da entidade adjudicante, desde que conformes com a legalidade vigente;
 - b) Às regras da arte.

Cláusula 4ª

ENTRADA EM VIGOR

O contrato entra em vigor no dia útil seguinte ao da assinatura do contrato escrito, de acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei 98/97, de 26 de agosto).

Cláusula 5ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

São obrigações principais do adjudicatário, para além das demais obrigações resultantes do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como da legislação aplicável, as seguintes:

1. Elaborar o Projeto, em respeito pelo disposto no Estudo Prévio, no restante clausulado e anexos do presente Caderno de Encargos e nas normas legais e regulamentares aplicáveis, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
2. Proceder à entrega dos trabalhos correspondentes às várias partes do

Projeto nos prazos estabelecidos na proposta e no Caderno de Encargos;

3. Executar plena e pontualmente o projeto elaborado pelo próprio adjudicatário e aprovado pela entidade adjudicante, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
4. Realizar formações nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
5. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante ou de quem esta designar;
6. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
7. Prestar todas as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
8. Proceder às alterações do projeto que se venham a mostrar necessárias;
9. Mobilizar todos os meios humanos e técnicos necessários para a plena execução do contrato, incluindo o conjunto de técnicos exigidos no presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II

FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO

Cláusula 6ª

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário obriga-se a elaborar o projeto de execução, nos termos das Cláusulas seguintes e em respeito:
 - a) Pelo disposto no Estudo Prévio que constitui o Anexo I ao presente Caderno de Encargos;
 - b) Das condições técnicas fixadas no Anexo II ao presente Caderno de Encargos;
 - c) Das normas legais e regulamentares aplicáveis.
2. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelo projeto contratado, sendo, portanto, o único responsável perante a entidade adjudicante pela

sua elaboração.

3. O adjudicatário é responsável por confirmar todas as informações descritas no Caderno de Encargos e nos respetivos anexos.
4. A aprovação do projeto pela entidade adjudicante não elimina a responsabilidade do Adjudicatário, mantendo-se este obrigado a proceder à sua remodelação sem quaisquer encargos para a entidade adjudicante se tal for necessário, durante a execução da obra, em virtude de erro ou omissão da sua responsabilidade.
5. O adjudicatário responde por todos os atos de quaisquer pessoas que, durante a execução do contrato, exerçam funções em seu nome ou por sua conta, sem prejuízo da responsabilidade que a entidade adjudicante possa imputar diretamente a tais pessoas.

Cláusula 7ª

PARÂMETROS GERAIS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO

1. O projeto a elaborar pelo adjudicatário, em desenvolvimento do Estudo Prévio facultado pela entidade adjudicante, tem por objeto a elaboração do projeto de execução do Edifício de Habitação Social de Guifões, incluindo a arquitetura e todas as especialidades de engenharia necessárias para esse fim.
2. As obrigações de conceção do adjudicatário incluem todos os trabalhos de suporte ao desenvolvimento do Projeto, incluindo a Coordenação de Segurança em Projeto, designadamente o Plano de Segurança e Saúde.

Cláusula 8ª

ACESSO À INFORMAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO E MANUTENÇÃO DO SIGILO

1. A entidade adjudicante obriga-se a disponibilizar ao adjudicatário, imediatamente após a adjudicação, todos os dados relevantes que tenha em sua posse e que se relacionem com a execução do contrato.
2. A entidade adjudicante obriga-se também a envidar esforços para ter acesso a documentação de que não disponha à data da adjudicação, mas não fica obrigada a que tais diligências produzam resultados satisfatórios.

3. O adjudicatário compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, quer por si próprio quer por qualquer pessoa que no âmbito da adjudicação exerça funções por sua conta, comprometendo-se igualmente a não a utilizar para outros fins.
4. O adjudicatário compromete-se a estabelecer contactos, no sentido de obter a anuência para as soluções projetadas, com todas as entidades ou instituições que venham a ser direta ou indiretamente envolvidas na execução das obras projetadas.

Cláusula 9ª

ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

1. Assiste à entidade adjudicante o poder de convocar o adjudicatário para as reuniões que entenda necessárias ao suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, de modo a obter conhecimento pleno e atualizado sobre qualquer aspeto da execução do contrato.
2. O teor das reuniões realizadas entre as partes constará de ata assinada por ambas as partes, fazendo-se registo no caso de qualquer das partes recusar a assinatura.
3. Todas as reuniões decorrem em língua portuguesa, cabendo ao adjudicatário, se necessário, providenciar, a expensas suas, a presença de um tradutor fluente em língua portuguesa.
4. A realização de quaisquer reuniões não substitui a entrega de qualquer documento escrito a que o adjudicatário se encontre vinculado.

Cláusula 10ª

ALTERAÇÕES AO PROJETO

1. O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações ao projeto que lhe forem impostas pela entidade adjudicante.
2. Os elementos referidos anteriormente devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução adotada, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das

alterações ao projeto propostos pelo Adjudicatário sem que estes tenham sido expressamente aceites de dono da obra.

Cláusula 11ª

RETIFICAÇÃO OU CORREÇÃO DO PROJETO

1. No caso de a entidade adjudicante verificar que qualquer documento integrado no projeto não se encontra conforme com as condições fixadas no Caderno de Encargos, nos seus anexos ou na proposta adjudicada ou que tal documento carece de complemento ou alteração por motivos imputáveis ao adjudicatário, são os documentos devolvidos para que sejam retificadas ou corrigidas as deficiências verificadas.
2. No caso de incumprimento grave das obrigações de conceção pelo adjudicatário, pode a entidade adjudicante determinar a suspensão da elaboração do projeto, sem que seja atribuída ao adjudicatário qualquer indemnização.
3. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de sanções pecuniárias ou não pecuniárias previstas na lei e no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 12ª

PROPRIEDADE DO PROJETO DE EXECUÇÃO

1. Após a aprovação do Projeto de Execução, a entidade adjudicante adquire a respetiva propriedade e reserva-se o direito de utilizar qualquer das suas peças como considerar conveniente, bem como introduzir ou mandar introduzir nelas as alterações que venha a julgar necessárias.
2. O adjudicatário renuncia a qualquer direito, de propriedade intelectual ou qualquer outro, sobre quaisquer documentos ou peças entregues à entidade adjudicante ao abrigo do contrato.

Cláusula 13ª

TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

1. Com a entrega das versões finais dos projetos e a sua aceitação pela entidade adjudicante transfere-se para esta a propriedade sobre tais documentos.
2. Com a declaração de aceitação pela entidade adjudicante, das versões finais do projeto, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a entidade adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, nos termos da legislação aplicável.
3. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14ª

PRAZOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

1. O projeto de execução, na sua versão final, deve ser entregue à Câmara Municipal de Matosinhos, para respetiva aprovação, no prazo máximo efetivo de 2 meses, a contar da data da outorga do contrato, nos termos do estudo prévio anexo ao presente caderno de encargos e das disposições constantes da Portaria nº 255/2023 de 07 de agosto e de acordo com o seguinte faseamento:
 - d) Elaboração do Projeto de execução: 2 meses;
 - e) Assistência Técnica até à conclusão da empreitada: 15 meses, com inclusão do tempo estabelecido na alínea a).
2. Para efeitos do número anterior:
 - a) O prazo para conclusão da fase prevista na alínea a) é contado desde o início da vigência do contrato, e os prazos relativos às demais fases são contados desde a aprovação formal, pela CMM, das fases correspondentes;
 - b) O cocontratante deve assegurar o planeamento da execução dos serviços tendo em conta todas as formalidades ou diligências intercalares estimadas para o desenvolvimento do projeto, incluindo

os prazos de decisão ou validação que caibam à CMM, relativos à aprovação de fases de trabalho, bem como ao esclarecimento de dúvidas, que se assume com referência a um período mínimo de 48 horas.

3. Com a respetiva aceitação formal, transfere-se para a CMM a posse e a propriedade dos elementos de projeto e estudos produzidos pelo cocontratante no âmbito do contrato, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços prestados, sem qualquer contrapartida acrescida ao preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.
4. O prazo global máximo para a conclusão do projeto de execução é o indicado no nº 1 da cláusula 14ª.
5. O prazo referido no número anterior é contado a partir da data da entrada em vigor do contrato.
6. O prazo referido nos números anteriores inclui o prazo de apreciação de cada documento do projeto pela entidade adjudicante, só se encontrando cumprido quando a entidade adjudicante concluir a sua apreciação e aprovação.
7. Cada parte do projeto só é considerada entregue na data da aprovação pela entidade adjudicante.
8. É reconhecido à entidade adjudicante um prazo de até 30 dias de calendário para a apreciação dos documentos contidos na fase do Anteprojecto e de até 45 dias de calendário para apreciação e aprovação do Projeto de Execução.
9. A contagem do prazo de apreciação pela entidade adjudicante só se inicia após a entrega de todas as peças do projeto que digam respeito à fase em questão.
10. O prazo para elaboração de cada fase do projeto não se suspende aquando da entrega de qualquer das suas partes, prosseguindo independentemente da respetiva aprovação pela entidade adjudicante.
11. O prazo para elaboração de cada fase do projeto não se suspende durante as diligências que entidade adjudicante venha a realizar para tentar ter acesso a estudos ou projetos que lhe tenham sido solicitados

CAPÍTULO III

FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

Cláusula 15ª

INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

1. A fase de conceção do projeto conclui com a aprovação pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores.
2. Após conclusão da elaboração do projeto de execução e a sua aprovação pela entidade adjudicante, dar-se-á início à fase de execução da obra através da consignação que obedece ao disposto nos artigos 355º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
3. O adjudicatário obriga-se a iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que a entidade adjudicante comunique ao adjudicatário a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado.
4. Não obstante o disposto no n.º 2, o início da fase de execução da obra através da consignação pode ter lugar logo que a entidade adjudicante proceda à aprovação de uma ou mais partes do projeto, desde que tal não prejudique a perfeita viabilidade da obra.
5. A execução da obra obedece ao disposto no presente Caderno de Encargos, incluindo as condições técnicas que constituem o seu Anexo III, ao projeto elaborado pelo adjudicatário e aprovado pela entidade adjudicante e à restante legislação e regulamentação em vigor.

Cláusula 16ª

PREPARAÇÃO E PLANEAMENTOS DA OBRA

1. O adjudicatário é responsável:
 - a) Perante a entidade adjudicante pela preparação, planeamento e

coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o projeto de execução;

- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea g) do n. 4.
2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao adjudicatário.
3. O adjudicatário realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subcontratados e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
 - e) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem de demolições a fazer para a execução das obras;
 - f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para locais especificados no Caderno de Encargos, dos produtos de escavação ou

resíduos de limpeza, cumprindo integralmente a legislação em vigor.

- g) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo adjudicatário quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, das valas, de rios ou outras, incluindo, se necessário, o recurso a bombagem, e sempre em obediência à legislação, licenças e autorizações aplicáveis;

- h) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário com vista à execução da empreitada;

4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo adjudicatário à entidade adjudicante de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pela entidade adjudicante;
- c) A apresentação pelo adjudicatário de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, exclusivamente nos termos previstos no n.º 2 do artigo 378. do Código dos Contratos Públicos;
- d) A apreciação e decisão pela entidade adjudicante quanto às reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo adjudicatário dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A elaboração e apresentação pelo adjudicatário do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361. do Código dos Contratos Públicos, bem como a sua aprovação pela entidade adjudicante;
- g) A concretização e desenvolvimento das medidas de aplicação previstas no plano de segurança e saúde previamente elaborado pelo adjudicatário, tendo em conta a metodologia utilizada para a execução da obra, em particular as suas tecnologias e a sua organização de trabalhos;
- h) A elaboração e entrega do plano de pagamentos, pelo adjudicatário, antes da data de conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, não podendo traduzir-se em alterações dos valores globais para cada parte da obra apresentados em sede de apresentação de proposta.

Cláusula 17ª

AJUSTAMENTO DO PLANO DE TRABALHOS

1. A elaboração e aprovação do plano de trabalhos ajustado, nos termos da alínea f) do n.º 4 da Cláusula anterior, não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem alterações aos prazos parciais constantes do projeto, para além do que seja estritamente necessário à sua adaptação ao plano final de consignação.
2. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
 - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da obra, com início na data de conclusão da consignação total ou da primeira consignação, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação, tendo como escala de tempo a semana e sob a forma de Diagrama de Barras (Gráfico de GANTT);
 - b) Ilustrar o desenvolvimento das atividades identificadas tendo por referência a lista de preços unitários e conter os seguintes elementos e informações:
 - i. Duração, em dias, de cada atividade;
 - ii. Quantidades de trabalho do mapa de quantidades associadas a cada atividade;
 - iii. Precedências e ligações de cada atividade;
 - iv. Caminho crítico;
 - v. Identificação de marcos ou prazos parcelares das frentes de trabalho;
 - vi. Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão-de-obra e equipamento;
 - vii. Preço/dia dos meios mobilizados, sempre em observância do teor da proposta adjudicada;
 - c) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da obra, com indicação

das categorias profissionais, número de pessoas por atividade e por serviço e valores acumulados;

- d) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada, com indicação das zonas e frentes de trabalho, número e tipo de equipamento e duração do seu emprego, tudo correlacionado com o planeamento dos trabalhos;
 - e) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente Caderno de Encargos, que serão mobilizados para a realização da obra;
 - f) Planear as intervenções de forma autónoma, não podendo haver qualquer interdependência entre atividades de intervenções diferentes.
3. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo adjudicatário, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 18ª

MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS

- 1. A entidade adjudicante pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público, nos termos do disposto nos artigos 311.º e seguintes ou 370.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, a realizar nos termos do disposto no artigo 354.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3. Em qualquer caso de necessidade de alteração do plano de trabalhos, independentemente de tal ser ou não imputável ao adjudicatário, deve este apresentar à entidade adjudicante um plano de trabalhos modificado.
- 4. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, a entidade adjudicante pode notificar o adjudicatário para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as

medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 373. do Código dos Contratos Públicos.
6. Qualquer modificação do plano de trabalhos obedece aos requisitos fixados no n.º 3 da Cláusula anterior.
7. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, a aplicação do plano de trabalhos modificado apresentado pelo adjudicatário não deve resultar em prejuízo para a obra, tão-pouco podendo, salvo nos casos expressamente previstos na lei ou no contrato, resultar em alterações de prazos parciais, em prorrogação dos prazos de execução ou em alteração do preço contratual.
8. Quando a alteração do plano de trabalhos resulte de facto não imputável ao adjudicatário e que se mostre devidamente justificado, deve este apresentar um plano de pagamentos adaptado ao novo plano de trabalhos, devendo a entidade adjudicante pronunciar-se sobre a sua revisão no prazo de cinco dias a contar da sua receção, equivalendo o silêncio à sua aceitação.

Cláusula 19ª

EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA EMPREITADA

1. A entidade adjudicante reserva-se o direito de executar ela própria, ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os trabalhos incluídos no presente contrato, e no mesmo local, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos trabalhos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
3. Incumbe ao adjudicatário a articulação da execução dos trabalhos ou ensaios a realizar no mesmo local da obra, com a colaboração da Fiscalização, de forma a não prejudicar aqueles que estejam a ser

realizados por outros empreiteiros ou fornecedores e a assegurar o cumprimento dos respetivos planeamentos.

4. Quando o adjudicatário considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida, ou a sofrer atrasos, em virtude da realização simultânea dos trabalhos a que se refere o n. 1, e por motivos que não lhe possam ser imputados, deverá apresentar a sua reclamação no prazo de 10 dias úteis a contar da data da ocorrência, a fim de superiormente se tomarem as providências que as circunstâncias imponham e de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
5. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n. 1, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e/ou;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 20ª

PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O prazo de execução do contrato é de **15 meses** de calendário contados desde o dia seguinte ao da data da celebração do contrato.
2. O prazo a que se refere o número anterior integra a elaboração do projeto de execução de acordo com o faseamento constante da cláusula 14ª, supra, e a execução da obra.
3. O prazo de execução da obra iniciar-se-á no dia seguinte ao da aprovação pela entidade adjudicante, dos elementos do projeto de execução.
4. Constituem prazos parciais vinculativos:
 - a) Elaboração do projeto de Execução: **2 meses** incluídos no prazo

definido no nº1 da presente cláusula;

5. O adjudicatário obriga-se:

- a) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos;
- b) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da mesma para efeitos da sua receção provisória.

6. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao adjudicatário, sem prejuízo da aplicação das sanções definidas na Cláusula 24^a, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

7. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao adjudicatário.

Cláusula 21^a

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS

- 1. O adjudicatário informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
- 2. Quando os desvios assinalados pelo adjudicatário, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
- 3. No caso de o adjudicatário retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto na Cláusula 20.^a e 24.^a.

Cláusula 22^a

PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

- 1. A prorrogação do prazo para execução da empreitada só poderá ser concedida quando justificada por casos que a entidade adjudicante reconheça como sendo de força maior ou por motivos imputáveis à própria

entidade adjudicante, e desde que o adjudicatário demonstre, inequivocamente, que tais casos impediram o cumprimento desse prazo.

2. Para efeitos do previsto no número anterior, o Adjudicatário deve apresentar um requerimento através do qual solicita essa prorrogação, fazendo-o acompanhar-se da necessária e fundamentada justificação, bem como dos planos de trabalhos e depagamentos modificados, nos termos do definido na Cláusula 20.^a, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento e, bem assim, de quaisquer outras medidas que, para o efeito, o adjudicatário se proponha adotar.
3. Os pedidos de prorrogação referidos no n.º 1 devem ser apresentados até 22 (vinte e dois) dias úteis antes do termo do prazo cuja prorrogação é solicitada, a não ser que os factos em que se baseiam hajam ocorrido posteriormente.
4. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos, não decorrente da própria natureza destes últimos, nem imputável ao adjudicatário, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo de execução da empreitada e os prazos parcelares que, dentro do plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

Cláusula 23^a

ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO E DE OUTROS DOCUMENTOS

1. O Adjudicatário deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, sendo responsável pelos respetivos custos nos termos do n.º 2 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Adjudicatário tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pela entidade adjudicante, sendo responsável pelo seu custo, exceto quando se demonstre que foram induzidos por elementos elaborados ou disponibilizados pela entidade adjudicante, nos termos do n.º 2 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24ª

MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

1. No caso de o adjudicatário não cumprir as suas obrigações no âmbito da fase de empreitada, ou em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra no prazo contratualmente estabelecido, a entidade adjudicante reserva-se o direito de resolver o Contrato podendo, contudo, aplicar sanções contratuais nos termos dos números seguintes.
2. Sem prejuízo das demais penalidades previstas no presente Caderno de Encargos, em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a **0,5%/1000** (zero vírgula cinco por mil) do preço contratual.
3. No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao adjudicatário, é aplicável o disposto no n.º 2, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
4. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o adjudicatário, cumulativamente, suportará os encargos acrescidos da entidade adjudicante com os serviços da Fiscalização.
5. O adjudicatário tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 25ª

ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS

1. Sempre que o adjudicatário sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de dez dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de a entidade adjudicante ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou

recuperar tais atrasos.

2. No caso de os trabalhos a executar pelo adjudicatário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Cláusula 26ª

CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato, constitui obrigação do adjudicatário inteirar-se localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à empreitada.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, fica definido que o adjudicatário tem cabal conhecimento, designadamente, da natureza, importância e localização das obras a executar, implicação com construções existentes que, pela sua implantação, poderão dificultar a execução dos trabalhos ou exigir trabalhos de demolição, da natureza e do estado dos terrenos onde vão ser executadas, das vias e meios de acesso aos locais da obra, das condições climáticas do local, dos devidos ao tráfego rodoviário e pedonal, dos restabelecimentos e desvios de tráfego que porventura possam vir a ser necessários, pelo que não poderá invocar quaisquer condicionalismos para se eximir ou atenuar a responsabilidade que assume com a execução da empreitada.
3. No caso dos Desvios de Trânsito que devam ter lugar, por necessidades de execução em obra do Projeto aprovado, os mesmos deverão, obrigatoriamente, respeitar a regulamentação e normativos aplicáveis sobre a matéria, designadamente, no que se refere à aprovação pela Câmara Municipal ou entidades gestoras das infraestruturas rodoviárias, sendo responsabilidade do adjudicatário inteirar-se atempadamente das

condições em que os mesmos devam ser executados bem como das correspondentes autorizações e licenças, não podendo invocar quaisquer encargos adicionais ao valor da empreitada por atrasos ou custos suplementares decorrentes da não obtenção daquelas.

4. A empreitada deve ser executada de acordo com as regras de arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o Caderno de Encargos e com as demais especificações, regulamentos e outros documentos normativos, contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
5. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o adjudicatário obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas no projeto.
6. O adjudicatário poderá propor a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no caderno de encargos e no projeto aprovado, em sede de obra, por outros que considere preferíveis, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a empreitada e desde que aprovados pela entidade adjudicante.
7. Salvo disposição em contrário constante deste Caderno de Encargos, correrão por conta do adjudicatário os custos e responsabilidades relativos às seguintes obrigações:
 - a) Tudo o que for necessário (designadamente materiais, equipamentos e mão de obra) para a execução completa dos trabalhos e dos fornecimentos, dos ensaios, bem como as análises de risco e sua prevenção e mitigação, e obtenção das certificações para pleno cumprimento do pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais e normas aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) As medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos aos usuários, vizinhos e passantes, quando os trabalhos forem executados nas proximidades de lugares habitados;

- d) d) As licenças necessárias à execução da empreitada;
- e) As indemnizações devidas a terceiros por prejuízos resultantes de rebentamentos de explosivos ou vibração de equipamento utilizados na execução dos trabalhos;
- f) A manutenção e reparação de todas as vias de comunicação públicas ou privadas que hajam sido comprovadamente afetadas em consequência dos trabalhos de construção das obras ou da circulação de máquinas ou dos veículos com transportes de materiais para fornecimentos da obra, incluindo subempreiteiros ou fornecedores da mesma;
- g) As operações de limpeza final da obra, bem como as de limpeza de todas as vias por onde tenha circula do tráfego da obra durante a execução dos trabalhos;
- h) Desvios de trânsito, sinalização e policiamento, de acordo com a legislação em vigor e com as normas técnicas das entidades concessionárias/responsáveis;
- i) Custos por ocupação de locais de estacionamento;
- j) Os custos decorrentes da implementação do Plano de Segurança e Saúde (PSS) e do Plano de Gestão Ambiental (PGA);
- k) A realização de todos os ensaios comprovativos das características, performances e funcionalidades das infraestruturas, equipamentos e sistemas do seu âmbito de fornecimento e destas/destes integrados com os fornecimentos a realizar por terceiros, recorrendo, a suas custas, sempre que necessário a meios humanos ou materiais de outras entidades.
- l) Fornecimento, em formato.pdf e editável, de toda a documentação de construção, na versão de telas finais.
- m) Realização de todas as atividades de receção provisória e colocação em serviço.
- n) Durante o prazo de garantia e até à receção definitiva da totalidade da Empreitada, corrigir e reparar todos os defeitos da obra, e de todos os seus constituintes, bem como prestar a assistência técnica à entidade adjudicante ou a entidade por esta indicada, para realização de atividades de operação e/ou manutenção consequentes da utilização da obra e de quaisquer infraestruturas, equipamentos ou sistemas construídos ou fornecidos.

8. O adjudicatário é ainda responsável pelos estudos e sondagens geotécnicos que pretenda mandar executar no local para melhor identificar e caracterizar os materiais e características dos solos e assim adaptar a sua metodologia e equipamentos aos trabalhos de escavação, desmonte, escoramentos e transporte estando estas atividades incluídas na proposta de preço.

Cláusula 27ª

MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o adjudicatário deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, da entidade adjudicante e do adjudicatário, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados.
2. O adjudicatário deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O adjudicatário obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 28ª

REGRAS DE MEDIÇÃO

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pela entidade adjudicante são feitas no local da obra com a colaboração do adjudicatário e são formalizados em auto.

2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. Os critérios a seguir na medição dos trabalhos respeitam a seguinte ordem de prioridade:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre a entidade adjudicante e o adjudicatário.
4. Se, até à conclusão da obra, forem detetados erros ou faltas em qualquer auto de medição anteriormente lavrado, a correção deve ser efetuada no auto de medição imediatamente posterior pela entidade adjudicante caso esta e o adjudicatário estejam de acordo em relação ao objeto e às quantidades a corrigir.
5. A correção da medição é refletida na conta corrente elaborada no mês seguinte, nos termos do disposto no artigo anterior.
6. Quando seja impossível a realização da medição e, bem assim, quando a entidade adjudicante, por qualquer motivo, deixe de fazê-la, o adjudicatário deve apresentar, até ao fim do mês seguinte, um mapa das quantidades dos trabalhos efetuados no mês em causa, juntamente com os documentos respetivos.

Cláusula 29ª

LOCAIS E INSTALAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTALEIRO

1. A identificação dos locais passíveis de instalação do estaleiro, bem como os respetivos custos de implantação e exploração, são da responsabilidade do adjudicatário.
2. O adjudicatário obriga-se a apresentar, para aprovação da entidade adjudicante, um Plano de Estaleiro com identificação de áreas industriais, incluindo a localização dos equipamentos fixos e móveis, administrativas e sociais, adequado aos trabalhos a realizar, onde estejam indicadas as instalações com destino aos serviços da Fiscalização e da entidade adjudicante.

3. O adjudicatário não pode, sem autorização da entidade adjudicante, realizar qualquer trabalho que modifique as instalações cedidas por esta, sendo obrigado a repô-las nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra.

Cláusula 30ª

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

1. As instalações provisórias que venham a ser necessárias à boa execução da empreitada obedecerão ao que se encontre estabelecido na legislação em vigor e neste Caderno de Encargos, devendo o respetivo estudo ou projeto ser previamente apresentado à entidade adjudicante para verificação dessa conformidade e ser submetidas à aprovação da Fiscalização.
2. O uso de qualquer parte da obra para alguma das instalações provisórias dependerá de autorização do Diretor de Fiscalização.
3. A autorização prevista no número anterior não dispensa o adjudicatário de tomar as medidas adequadas a evitar a danificação da parte da obra utilizada.
4. A limpeza do estaleiro, em particular no que se refere às instalações e aos locais de trabalho e de estadia do pessoal, e a remoção de resíduos sólidos, deverá ser organizada de acordo com a regulamentação aplicável.

Cláusula 31ª

REDES DE ÁGUA, DE ESGOTOS, DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELECOMUNICAÇÕES

1. O adjudicatário deverá construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações definidas neste Caderno de Encargos ou no projeto ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
2. Salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos, a manutenção e a exploração das redes referidas na Cláusula anterior,

bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são de conta do adjudicatário, por inclusão dos respetivos encargos nos preços por ele propostos no ato do concurso.

3. Sempre que na obra se utilize água não potável, deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição “Água imprópria para beber”.
4. As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável da regulamentação em vigor.
5. As redes definitivas de água, esgotos e energia elétrica poderão ser utilizadas durante os trabalhos, desde que objeto da licença ou autorização aplicável.

Cláusula 32ª

EQUIPAMENTO

1. Constitui encargo do adjudicatário, salvo estipulação em contrário deste Caderno de Encargos, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
2. O equipamento a que se refere a Cláusula anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.

Cláusula 33ª

TRABALHOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

1. Constitui encargo do adjudicatário a realização dos trabalhos de proteção e segurança especificados no projeto ou neste Caderno de Encargos, tais como referentes a construções e vegetação existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos e os relativos a construções e instalações vizinhas destes locais.
2. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto, o adjudicatário avisará a entidade adjudicante, propondo as medidas a tomar, e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele.

3. No caso a que se refere a Cláusula anterior e estando envolvidos interesses de terceiros, a entidade adjudicante procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas, a fim de decidir das medidas a tomar.
4. O adjudicatário deverá tomar as providências usuais para evitar que as instalações e os trabalhos da empreitada sejam danificados por inundações, tempestades ou outros fenómenos naturais.
5. Se a entidade adjudicante considerar insuficientes as medidas de segurança tomadas pelo adjudicatário, pode impor-lhe a adoção das providências adequadas e a suspensão dos trabalhos até que estas sejam adotadas.
6. A suspensão de trabalhos referida no número anterior não é motivo justificativo de qualquer prorrogação de prazos.
7. A responsabilidade do adjudicatário em nada fica diminuída por não terem sido efetuadas quaisquer observações às condições de segurança dos trabalhos por parte da Fiscalização.

Cláusula 34ª

DEMOLIÇÕES

1. Consideram-se incluídas no contrato as demolições que se encontrem previstas no projeto ou neste Caderno de Encargos.
2. Os trabalhos de demolição referidos no número anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implementação da obra, salvo indicação em contrário deste caderno de encargos, bem como a remoção completa para local devidamente licenciado e/ou autorizado por entidade competente, de todos os materiais e resíduos, incluindo fundações e canalizações não utilizadas, excetuando apenas o que a entidade adjudicante autorize a deixar no terreno.
3. O adjudicatário tomará as precauções necessárias para assegurar em boas condições o desmonte e a conservação dos materiais e elementos de construção especificados neste caderno de encargos, sendo responsável

pelos danos que eventualmente venham a sofrer.

4. Os materiais e elementos de construção a que se refere a Cláusula anterior são propriedade da entidade adjudicante.
5. Quaisquer esgotos ou demolições de obras que se mostrem necessários e que não tenham sido previstos no contrato serão, ainda assim, executados pelo adjudicatário sem lugar a remuneração adicional.

Cláusula 35ª

REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO

1. Consideram - se incluídos no Contrato os trabalhos necessários aos desenraizamentos, às desmatações e ao arranque de árvores existentes na área de implantação da obra ou em outras áreas definidas no projeto ou neste Caderno de Encargos, devendo os desenraizamentos ser suficientemente profundos para garantirem a completa extinção das plantas.
2. Compete ainda ao adjudicatário a remoção completa, para local devidamente licenciado e/ou autorizado por entidade competente, dos produtos resultantes dos trabalhos referidos na Cláusula anterior, bem como a regularização final do terreno.
3. Os produtos da remoção de vegetação a que se refere a Cláusula anterior são propriedade da entidade adjudicante.
4. Para execução dos trabalhos mencionados nas Cláusulas anteriores, o adjudicatário deverá acautelar o disposto na legislação em vigor, sobre espécies protegidas, e comunicar previamente à Fiscalização, para aprovação desta, os procedimentos que se propõem desenvolver em conformidade com a referida legislação, sendo da sua responsabilidade e encargo, a obtenção das licenças e autorizações necessárias para o efeito.

Cláusula 36ª

DIREITO DE INSPEÇÃO

1. A entidade adjudicante reserva-se no direito de inspecionar a forma

como o adjudicatário executa os trabalhos, designadamente, acompanhando o fabrico e montagem dos equipamentos, assistindo e verificando os ensaios e acompanhando a construção e montagem, podendo rejeitar no todo ou em parte aquilo que for executado incorretamente, não esteja de acordo com as indicações contratuais ou com a boa prática corrente.

2. O exercício do direito de inspeção por parte da entidade adjudicante não diminui, em qualquer caso, a responsabilidade do adjudicatário no caso de se verificar, posteriormente, a deficiente execução do Contrato.
3. O adjudicatário fica obrigado a colaborar com a entidade adjudicante durante o período de inspeção, fornecendo todos os elementos que lhe forem solicitados e informando previamente a entidade adjudicante das datas das diferentes fases de execução da empreitada e, nomeadamente, das datas da realização dos ensaios respetivos.

Cláusula 37ª

CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na empreitada terão as qualidades, dimensões, formas e demais características definidas nas peças escritas e desenhadas do projeto, no presente Caderno de Encargos e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos.
2. Sempre que o projeto ou o Caderno de Encargos não fixem as características de materiais ou elementos de construção, o adjudicatário não poderá empregar equipamentos e materiais que não correspondam às características da empreitada ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em empreitadas que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida, quanto aos equipamentos e materiais a empregar nos termos da Cláusula anterior, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o Direito da União Europeia ou, na falta destas, as normas utilizadas na União Europeia.

4. Sem prejuízo do disposto no n. 2 do artigo 378 do Código dos Contratos Públicos e nos números anteriores, sempre que o Adjudicatário entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, comunicará esse facto à entidade adjudicante e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como de alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.
5. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada no período de preparação da empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
6. Se a entidade adjudicante, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o adjudicatário utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.
7. É aplicável o disposto nos artigos 373.º e 378.º a 381.º do Código dos Contratos Públicos para a responsabilidade pelo aumento ou diminuição de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção.

Cláusula 38ª

MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES À ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Se a entidade adjudicante entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o adjudicatário será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da

empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2. O disposto no número anterior não será aplicável se o adjudicatário demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 39ª

APROVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o adjudicatário submetê-los-á à aprovação da entidade adjudicante.
2. Em qualquer momento poderá o adjudicatário solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se a entidade adjudicante não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período, pela entidade adjudicante ao adjudicatário.
3. O adjudicatário é obrigado a fornecer à entidade adjudicante as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
4. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com a Cláusula seguinte.
5. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta da entidade adjudicante.

Cláusula 40ª

AMOSTRAS

1. Sempre que a entidade adjudicante ou o adjudicatário o julguem necessário, este último apresentará amostras de equipamentos, materiais ou elementos de construção a utilizar, as quais, depois de aprovadas pela entidade adjudicante ou pela Fiscalização, servirão de padrão.

2. As amostras deverão ser acompanhadas, se a sua natureza o justificar ou for exigido pela entidade adjudicante ou pela Fiscalização, de certificados de origem e de análises ou ensaios feitos em laboratório oficial.
3. Sempre que a apresentação das amostras seja de iniciativa do adjudicatário, ela deverá ter lugar, na medida do possível, durante o período de preparação e planeamento da obra e, em qualquer caso, de modo que as diligências de aprovação não prejudiquem o cumprimento do plano de trabalhos.
4. As amostras serão restituídas ao adjudicatário a tempo de serem aplicadas na execução da obra.
5. A aprovação das amostras padrão pela entidade adjudicante em caso algum diminui a responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 41ª

ENSAIOS

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos constituem encargo do adjudicatário.
2. Quando a entidade adjudicante tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer ensaios.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do adjudicatário, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, da responsabilidade da entidade adjudicante.

Cláusula 42ª

RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1. Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o adjudicatário entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá

pedir a imediata colheita de amostras e apresentar à entidade adjudicante reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.

2. A reclamação considera-se deferida se a entidade adjudicante não notificar o adjudicatário da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pela entidade adjudicante ao adjudicatário.
3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do adjudicatário dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 43ª

EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.
2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o adjudicatário exigir que se colham amostras de qualquer deles.
3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao adjudicatário, este deverá substituí-los à sua custa.

Cláusula 44ª

APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo adjudicatário em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo adjudicatário e aprovados pela entidade adjudicante.

Cláusula 45ª

CASOS ESPECIAIS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS SUJEITOS A HOMOLOGAÇÃO

1. Os equipamentos, materiais ou elementos de construção sujeitos a homologação ou classificação obrigatórias só poderão ser aceites

quando acompanhados do respetivo documento de homologação ou classificação, emitido por laboratório oficial, mas nem por isso ficarão isentos dos ensaios previstos neste caderno de encargos.

2. Para os equipamentos, materiais ou elementos de construção sujeitos a controlo completo de laboratório oficial não são exigidos ensaios de receção relativamente às características controladas quando o adjudicatário forneça documento comprovativo, emanado do mesmo laboratório; não se dispensará, contudo, a verificação de outras características, nomeadamente as geométricas.
3. A Fiscalização poderá verificar, em qualquer parte, o fabrico e a montagem dos equipamentos, materiais ou elementos em causa, devendo o adjudicatário facultar-lhe, para o efeito, todas as informações e facilidades necessárias. A aprovação só será, todavia, efetuada depois da entrada na obra dos equipamentos, materiais ou elementos de construção referidos.

Cláusula 46ª

DEPÓSITO E ARMAZENAGEM DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS OU ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1. O adjudicatário deverá possuir em depósito as quantidades de equipamentos, materiais e elementos de construção suficientes para garantir o normal desenvolvimento dos trabalhos, de acordo com o respetivo plano, sem prejuízo da oportuna realização das diligências de aprovação necessárias.
2. O adjudicatário assegurará a conservação dos equipamentos, materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito.
3. Os equipamentos, materiais e elementos de construção existentes em armazém ou depósito e que se encontrem deteriorados serão rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos, nos termos da Cláusula seguinte.
4. O adjudicatário não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização da entidade adjudicante, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 47ª**SUBSTITUIÇÃO E REMOÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO**

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:
 - a) Sejam diferentes dos aprovados;
 - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do adjudicatário.
3. Se o adjudicatário entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta Cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e apresentar reclamação fundamentada.

Cláusula 48ª**REUNIÕES PERIÓDICAS**

1. Com a periodicidade a indicar pelo Diretor de Fiscalização da obra, e em sede de fase de empreitada, serão realizadas reuniões de obra para acompanhamento dos trabalhos, com a presença obrigatória do Diretor de Obra, o qual deverá encontrar-se na posse de toda a informação necessária aos assuntos a tratar nas referidas reuniões.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando o Diretor de Fiscalização o entender, poderá exigir a realização de reuniões periódicas, vocacionadas para determinada especialidade, no âmbito do acompanhamento da empreitada. Nestas reuniões, poderá ser exigida a comparência de um qualquer elemento afeto ao Adjudicatário, ou por si subcontratado, no âmbito da especialidade em causa.

Cláusula 49ª**LIVRO DE REGISTO DA OBRA**

1. O adjudicatário organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n. 3 do artigo 30.º e no n. 3 do artigo 305.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes:
 - a) Alterações ao plano de trabalhos ordenadas ou aceites pelo Diretor de Fiscalização;
 - b) Atrasos no ritmo dos trabalhos e suas causas;
 - c) Aprovações e rejeições de materiais;
 - d) Acidentes de trabalho.
3. O livro de registo será rubricado pelo Diretor de Fiscalização e pelo adjudicatário em todos os acontecimentos nele registados e ficará ao cuidado deste último, que o deverá apresentar, sempre que solicitado pela primeira, ou por entidades oficiais
4. com jurisdição sobre os trabalhos.
5. Efetuada a receção definitiva, o livro de registos, passará para a posse da entidade adjudicante, sem prejuízo de poder ser consultado, a todo o momento, pelo adjudicatário.

Cláusula 50ª

OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO NA FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

1. Correm inteiramente por conta do adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos e porterceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do adjudicatário ou dos seus subcontratados e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
2. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário:

- a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e no Caderno de Encargos, com as instruções de fabricantes e com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
- c) A iluminação, vigilância e sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
- d) Os custos decorrentes da implementação do Plano de Segurança e Saúde;
- e) Desvios de trânsito, sinalização e policiamento, de acordo com a legislação em vigor e com as normas técnicas das entidades concessionárias/responsáveis;
- f) A obtenção de todas as licenças e autorizações de carácter ambiental, como sejam a licença especial de ruído, a licença para o abate de árvores e/ou a sua deslocação, transporte e deposição de resíduos, caracterização de resíduos e solos na área da obra, entre outras, que venham a ser consideradas necessárias no decurso da mesma;
- g) As vedações de áreas de instalação e montagem ou para manutenção do tráfego em arruamentos ou vias rodoviárias interrompidas ou o restabelecimento de itinerários provisórios, incluindo a adaptação e conservação dos respetivos pavimentos, bem como a adequada sinalização;
- h) As monitorizações ambientais, programadas ou excecionais;
- i) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
- j) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da obra;
- k) As operações de limpeza final da obra, bem como as de limpeza de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego da obra durante a execução dos trabalhos;
- l) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada que se afigurem necessários.

3. O adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento das obrigações em

matéria de ambiente, gestão de riscos e gestão da qualidade decorrentes da legislação vigente.

Cláusula 51^a

ENCARGOS COM CERTIFICAÇÕES, VISTORIAS E TAXAS

1. Correm por conta do adjudicatário toda a responsabilidade pelo tratamento administrativo e processual, incluindo projetos, com vista ao licenciamento e execução das redes de alimentação ao edifício, tais como energia elétrica, telecomunicações, água e outras imprescindíveis ao funcionamento da construção.
2. O adjudicatário é responsável pela obtenção dos certificados de exploração e ensaios referentes às infra-estruturas de serviço público e especialidades indicadas nos projetos referidos no ponto anterior, suportando todos os encargos, custos e taxas associadas.
3. Todos os documentos obtidos nos números anteriores serão entregues à entidade adjudicante.

Cláusula 52^a

PUBLICIDADE

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir no local dos trabalhos qualquer espécie de publicidade sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante, designadamente relativa a subcontratados, equipamentos e materiais.

Cláusula 53^a

PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pela entidade adjudicante, correm inteiramente por conta do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. No caso de a entidade adjudicante ser demandada por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 54ª

OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO QUANTO AO PESSOAL DA OBRA

1. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do contrato, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O adjudicatário deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem da entidade adjudicante, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes da entidade adjudicante, do adjudicatário, de subcontratados ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos em cada momento da execução do contrato, e sempre em respeito ao projeto, ao Caderno de Encargos e ao plano de trabalhos.

Cláusula 55ª

HORÁRIO DE TRABALHO

1. O adjudicatário obriga-se a ter patente no local da obra o horário de trabalho.
2. O adjudicatário terá sempre no local da obra, à disposição de todos os

interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

3. O adjudicatário pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao Diretor de Fiscalização.
4. Quando o adjudicatário, por sua iniciativa e sem que tal tenha sido autorizado pela entidade competente ou comunicado à entidade adjudicante nos termos da Cláusula anterior, salvo se resultar de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, a entidade adjudicante pode exigir-lhe o pagamento do acréscimo de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos serviços de Fiscalização.
5. Verificando-se incumprimento, pelo adjudicatário, dos prazos contratualmente acordados para a execução da empreitada, por causa que lhe seja imputável, fica aquele obrigado a ressarcir a entidade adjudicante dos prejuízos por esta sofridos, decorrentes dos encargos a suportar com os serviços complementares de Fiscalização até à conclusão da obra.
6. A indemnização a que se reporta o número anterior será devida aquando da emissão, e pelo respetivo valor, da faturação dos serviços complementares de Fiscalização.
7. Os montantes a que se referem os números anteriores serão deduzidos dos valores a liquidar pela entidade adjudicante ao adjudicatário ou através da execução da caução prestada pelo adjudicatário para garantia do pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 56ª

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras

peessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Adjudicatário.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o adjudicatário apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
5. O adjudicatário responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra, e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.
6. O adjudicatário deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde.
7. São ainda aplicáveis as disposições sobre Segurança e Saúde no Trabalho previstas nas Condições Técnicas constantes do Anexo III ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 57ª

FORMAÇÃO

1. O adjudicatário obriga-se a dar formação e informação no âmbito do Ambiente e da Segurança aos seus colaboradores e aos colaboradores dos seus subcontratados, para dar satisfação ao disposto no presente Caderno de Encargos.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o adjudicatário obriga-se também a dar formação à entidade adjudicante, ou a quem esta indicar, que deve abranger, designadamente, a operação, a utilização e manutenção (em todos os seus aspetos] de todo o tipo de bens fornecidos (infraestruturas, equipamentos, sistemas e seus constituintes], incluindo também ações de avaliação de estado, diagnóstico, resolução de anomalias, reconfiguração funcional e reposição em serviço.

Cláusula 58ª

RECEÇÃO PROVISÓRIA

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do adjudicatário ou por iniciativa da entidade adjudicante, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção
3. provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
4. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.
5. A realização da receção provisória depende da demonstração do cumprimento de todos os requisitos e especificações impostas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos e na legislação e regulamentação em vigor, desde que o seu cumprimento seja exigível até à data da receção provisória.

Cláusula 59ª

COLOCAÇÃO AO SERVIÇO E TRANSFERÊNCIA PARA FASE DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

1. A colocação em serviço da globalidade da obra, ou de partes desta que sejam autonomizáveis do total e que a entidade adjudicante solicite desejar utilizar, correrá sob responsabilidade e custos do adjudicatário,

constituindo parte do objeto do contrato.

2. A colocação em serviço só poderá ter lugar se a correspondente receção provisória tiver já sido efetuada ou tenha condições de o ser e se o adjudicatário tiver entregue toda a documentação que lhe incumbe.
3. A colocação em serviço pressupõe a obtenção de todas as certificações e autorizações necessárias para tal junto de autoridades públicas, incluindo as que incumbem ao adjudicatário e as que incumbem à entidade adjudicante, devendo o adjudicatário, no caso destas últimas, fornecer atempadamente os documentos e informações necessárias.
4. Com a colocação em serviço e correspondente receção provisória os bens serão transferidos para a entidade adjudicante, ou para outra entidade por esta indicada, a fim de serem utilizadas como parte de sistemas de transporte de passageiros e de ser realizada a sua manutenção por terceiros, sem prejuízo das prestações de garantia que correm sob responsabilidade e encargo do adjudicatário.

Cláusula 60ª

PRAZO DE GARANTIA

1. Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o adjudicatário está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra e de todas as suas partes integrantes.
2. No prazo de garantia, o adjudicatário é também obrigado a prestar assistência técnica à entidade adjudicante ou a entidade por esta indicada, para realização de atividades de operação e/ou manutenção consequentes da utilização das infraestruturas, equipamentos ou sistemas construídos ou fornecidos.
3. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) Dez anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
 - b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.
 - c) Dois anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

4. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pela entidade adjudicante.
5. Excetuam-se do disposto no n. 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 61^a

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

1. O adjudicatário responderá perante a entidade adjudicante, durante o período de garantia, por qualquer defeito da obra e dos equipamentos nela integrados.
2. Entende-se como defeitos, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato, bem como qualquer prejuízo resultante de vício de instalação, montagem ou construção, modificação ou reparação, ou por erros na execução dos trabalhos.
3. No decurso do período de garantia, a entidade adjudicante apenas promoverá as intervenções, consideradas excluídas do âmbito da garantia de responsabilidade do adjudicatário, com carácter de manutenção e conservação que derivem do uso normal das infraestruturas, dos equipamentos e sistemas que fazem parte da Empreitada, ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.
4. No caso referido no número anterior, o adjudicatário mantém-se obrigado à prestação de assistência nos termos da garantia, realizando todas as ações de correção que, eventualmente, se venham a revelar necessárias, imediatamente e à sua custa, através das substituições de materiais, equipamentos ou seus constituintes e da execução de todos

os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra construída e dos fornecimentos realizados nas condições previstas.

5. Para efeitos da prestação dos serviços de assistência técnica e de garantia o adjudicatário deverá manter disponíveis meios (humanos e materiais], seus e, ou, de seus subcontratados, e articulará e coordenará as suas prestações com as da entidade adjudicante ou com entidade por esta indicada.
6. Para o efeito do disposto no número anterior, o adjudicatário tem de estabelecer um canal de comunicação próprio de modo que as prestações de assistência técnica e de garantia sejam realizadas em tempo útil e oportuno de modo a não terem impacto ou criarem condicionalismos no serviço de transporte de passageiros.
7. Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, a entidade adjudicante pode, sem custos adicionais, exigir ao adjudicatário que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos, salvo se tal se revelar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.
8. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprido o disposto no número anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos na sua parte final, a entidade adjudicante pode exigir a redução do preço e tem o direito de ser indemnizada nos termos gerais.
9. Ocorrendo defeitos ou verificando-se incumprimento das especificações e exigências do projeto, o adjudicatário deverá proceder às correções respetivas.
10. No caso de incumprimento da obrigação prevista no número anterior, a entidade adjudicante pode mandar executar os necessários trabalhos por terceiro, correndo os custos por conta do adjudicatário.
11. No final do período de garantia, a entidade adjudicante poderá solicitar a realização ou repetição, parcial ou integral, de ensaios, ficando o seu custo a cargo do adjudicatário ou da entidade adjudicante, respetivamente, se se verificar, ou não, qualquer deficiência na obra.

Cláusula 62ª**RECEÇÃO DEFINITIVA**

1. Findo o prazo de garantia, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação e utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratuamente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo adjudicatário, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
4. No caso de a vistoria referida no n. 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do adjudicatário, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, a entidade adjudicante fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do adjudicatário, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.
5. À vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pela entidade adjudicante, é aplicável o disposto quanto à receção provisória.

CAPÍTULO IV**DISPOSIÇÕES COMUNS À FASE DE CONCEÇÃO DO PROJETO E À FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA****Cláusula 63ª****PREÇO**

O preço máximo que a Câmara Municipal de Matosinhos se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de conceção-construção que constituem o objeto do contrato, é de **€7.000.000,00** (Sete milhões de euros), ao que acresce IVA à taxa em vigor, considerando os seguintes parâmetros base:

- a) Preço base dos serviços de conceção do Anteprojeto e Projeto de Execução e Assistência Técnica: = **€160.000,00** (Cento e sessenta mil euros), divididos:
 - i. Parcela relativa ao Anteprojeto;
 - ii. Parcela relativa ao Projeto de Execução;
 - iii. Parcela relativa à Assistência Técnica.
- b) Preço base da empreitada: **€ 6.840.000,00** (seis milhões e oitocentos e quarenta mil euros).

Cláusula 64ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após a prestação dos serviços e obrigatoriamente fazer menção ao número do compromisso, nos termos da lei.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome no Município de Matosinhos, NIF:501.305.912, sito na Av. D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos – Divisão de Contabilidade, com expressa referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o respetivo número de compromisso.
4. Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto

na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2024, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei 54/2023, de 14 de julho.

5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores do Município de Matosinhos, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: fornecedores.saphety@saphety.com / helpdesk@saphety.com, Telefone: +351 308 801 249/+351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.
6. O incumprimento dos prazos e das obrigações estabelecidas no contrato determina a suspensão dos pagamentos previstos.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
8. Os pagamentos a efetuar serão fracionados da seguinte forma:
 - b) 20% com a apresentação do Anteprojeto;
 - c) 60% com a apresentação do Projeto de Execução;
 - d) 20% Assistência Técnica ao Projeto.
9. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao Adjudicatário a quantia total correspondente ao valor da adjudicação, o qual não pode exceder o valor base da empreitada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o Adjudicatário ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.
10. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 27.^a

11. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, nos termos do artigo 299.º, n.º 4, do CCP, após a apresentação da respetiva fatura.
12. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
13. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.
14. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o Adjudicatário quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao Adjudicatário, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
15. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.
16. O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 65ª

REVISÃO DE PREÇOS

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
2. A revisão de preços obedece à fórmula: **F01 (Edifícios de Habitação)**.

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

Cláusula 66ª

ADIANTAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário pode solicitar, através de pedido fundamentado à entidade adjudicante, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o adjudicatário ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do Adjudicatário.
4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pela entidade adjudicante, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 67ª

REEMBOLSO DOS ADIANTAMENTOS

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

- e) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = (V_a/V_t) \times V_{pt} - V_{rt}$$

- f) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que

deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = (V_a/V_t) \times V'_{pt} - V_{rt}$$

em que:

V_{ri} é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

V_a é o valor do adiantamento;

V_t é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

V_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

V_{rt} é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 68ª

CAUÇÃO, DESCONTOS E RETENÇÃO NOS PAGAMENTOS

1. É exigida a prestação de caução, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do CCP, no valor de **5% do preço contratual**.
2. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5% desse pagamento**, nos termos conjugados do disposto nos artigos 88º, nºs 1 e 2 e 353º, ambos do CCP.

Cláusula 69ª

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de

quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

2. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 quinze dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 70ª

CONTRATOS DE SEGURO

1. O adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.
2. O adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
3. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do

empreiteiro.

6. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva -se o direito de se substituir àquele, ressarcindo -se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.
7. O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 71ª

SEGUROS A CONTRATAR

1. O Adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exhibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.
2. O Adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
3. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Adjudicatário.
6. Em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da

obra reserva -se o direito de se substituir àquele, ressarcindo -se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.

7. O Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 72ª

OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.
3. O adjudicatário obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.
4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor

patrimonial.

5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

Cláusula 73ª

COMPROVATIVO DE CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO DAS APÓLICES DE SEGURO

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar comprovativo da celebração dos contratos de seguro referidos nas Cláusulas anteriores no prazo de dez dias contados da data de início da vigência do contrato.
2. A consignação da obra dependerá da aprovação, pela entidade adjudicante, das apólices apresentadas pelo adjudicatário nos termos das Cláusulas anteriores.

Cláusula 74ª

NOTIFICAÇÃO DE SINISTROS

O adjudicatário deve notificar a entidade adjudicante no mais curto espaço de tempo possível, mas nunca superior a cinco dias úteis, após a ocorrência de qualquer sinistro de valor superior a **€10.000,00** (dez mil euros), independentemente do valor de eventuais franquias, bem como apresentar, a pedido da entidade adjudicante, todos os detalhes completos sobre o incidente.

Cláusula 75ª

PENALIDADES

1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 24.ª, no caso de não cumprimento do prazo para apresentação dos documentos relativos a qualquer das partes do projeto, por razões imputáveis ao Adjudicatário, ser-lhe-á aplicada uma multa diária, calculada da seguinte forma:
 - a) Uma fração de 0,5/1000 (zero vírgula cinco por mil) do preço contratual global, no primeiro período de trinta dias.
 - b) Em cada período subsequente de igual duração, a multa sofrerá um acréscimo de 0,25/1000 (zero vírgula vinte e cinco por mil) do preço

contratual global.

2. Será também aplicada ao Adjudicatário uma penalidade de até 2% (dois por mil do preço contratual nos seguintes casos:
 - c) No caso de o adjudicatário não dar início à execução dos trabalhos ou serviços complementares decorridos 10 dias da notificação da decisão da entidade adjudicante que os ordene ou que indefira a reclamação apresentada por aquele e reitere a ordem para a sua execução;
 - d) No caso de existir um atraso superior a 10 dias na contratação dos seguros obrigatórios à luz do presente Caderno de Encargos, ou no caso de o adjudicatário deixar de manter em vigor as apólices de seguro obrigatórias à luz do Caderno de Encargos durante um período superior a 10 dias, após interpelação da entidade adjudicante acerca desse incumprimento;
 - e) No caso de o adjudicatário não comparecer, por período superior a dez dias, a reuniões para que tenha sido convocado.
3. As penalidades previstas no presente Caderno de Encargos podem ser aplicadas de modo cumulativo.
4. As condutas referidas no n. 2 dão origem a penalidades autónomas no caso de reiteração.
5. O valor somado das penalidades aplicáveis pela entidade adjudicante não pode exceder os limites fixados no n.º 2 e no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
6. O montante das penalidades aplicadas pode ser compensado com os pagamentos a realizar pela entidade adjudicante.
7. A aplicação de penalidades não prejudica a hipótese de resolução do contrato pela entidade adjudicante, no caso de esta ser legal ou contratualmente justificada.

Cláusula 76ª

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 297.º e 365.º do Código dos Contratos

Públicos, a entidade adjudicante pode determinar a suspensão da elaboração ou execução do projeto, ou a suspensão da execução dos trabalhos, por razões alheias ao adjudicatário, por períodos cujo somatório não exceda cem dias, sem que para tal careça do acordo do adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a suspensão da obra pode ainda ser promovida pela entidade adjudicante ou pelo adjudicatário, em qualquer das circunstâncias previstas nos números seguintes, só se tornando efetiva no prazo de 10 dias úteis contados da receção da respetiva notificação, efetuada por carta registada com aviso de receção pela parte que a promova e na qual consignará os respetivos fundamentos, sem prejuízo do estipulado no artigo 366.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Invocando falta de condições de segurança, verificação da necessidade de estudar alterações a introduzir no projeto ou por determinação vinculativa ou recomendação tida como relevante de quaisquer autoridades administrativas competentes, pode a entidade adjudicante promover, a todo o tempo, a suspensão do Contrato.
4. O adjudicatário pode promover a suspensão do contrato somente nas situações previstas no artigo 366.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser antecedida de comunicação escrita à entidade adjudicante, imediatamente após a verificação do evento que a fundamenta, com menção expressa do fundamento invocado e dos factos que o concretizam.
5. No decorrer do período de suspensão, as partes procurarão ultrapassar as circunstâncias que justifiquem a suspensão comunicada, e caso o facto gerador da suspensão seja imputável ao adjudicatário deverá este assegurar o cumprimento do prazo contratual previamente estabelecido sem direito a qualquer prorrogação não podendo invocar qualquer tipo de reposição de equilíbrio financeiro.

Cláusula 77ª

CASOS DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações

contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. A parte que invocar a existência de casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações imediatamente à outra parte, indicando quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedida ou dificultada por força de tal ocorrência e, bem assim, as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos, devendo também referir o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, judiciais ou de natureza sancionatória ou de outra forma resultante do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais ou regulamentares;
 - d) Incêndios e inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A verificação de um caso de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
5. Sempre que um caso de Força Maior corresponda, até aos seis meses que antecedem a vicissitude ocorrida, a um risco normalmente segurável em

praças europeias por apólices comercialmente aceitáveis, e independentemente do Adjudicatário ter efetivamente contratado as respetivas apólices, verifica-se o seguinte:

- a) O Adjudicatário não fica exonerado do cumprimento pontual e atempado das obrigações emergentes do Contrato, no prazo que para o efeito lhe for fixado pela entidade adjudicante, na medida em que aquele cumprimento se torne possível em virtude do recebimento da indemnização devida nos termos da apólice de seguros aplicável relativamente ao risco em causa;
 - b) Há lugar a indemnização pelo eventual excesso dos prejuízos sofridos relativamente ao valor de risco normalmente segurável em praças europeias nos termos de apólices comercialmente aceitáveis, desde pelo menos seis meses antes da verificação do evento de força maior;
6. Quando o cumprimento das obrigações contratuais seja definitivamente impossível, mesmo que tivesse sido recebida a indemnização a que se referem as alíneas anteriores, ou quando a atribuição de indemnização seja excessivamente onerosa para a entidade adjudicante, em qualquer das circunstâncias, o Adjudicatário paga à entidade adjudicante a indemnização aplicável ao risco em causa, desde que o caso de Força Maior corresponda, até aos seis meses que antecedem a vicissitude ocorrida, a um risco normalmente segurável em praças europeias por apólices comercialmente aceitáveis.

Cláusula 78ª

Resolução do Contrato pela entidade adjudicante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Adjudicatário;
 - b) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do Adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com

inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;

- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo Adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo Adjudicatário, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O Adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o Adjudicatário, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o Adjudicatário não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao Adjudicatário que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- l) Se o Adjudicatário não der início à execução dos trabalhos complementares decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao Adjudicatário ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos e o Adjudicatário não apresentar um plano de trabalhos modificado nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 404.º do CCP.
- o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no nº3 do artº 404º do CCP, sem prejuízo do disposto na alínea anterior.
- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no

artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Adjudicatário, será o montante indemnizatório devido deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea r) do n.º 1, o Adjudicatário tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado e aceite pelo dono da obra confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 79ª

Resolução do contrato pelo adjudicatário

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o Adjudicatário pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- b) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- c) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- d) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 80ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O Adjudicatário pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos nº3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
3. Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 385.º do CCP, a subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos nº3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
4. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
5. O Adjudicatário obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do Adjudicatário do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
6. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
7. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o Adjudicatário deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
9. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações

Cláusula 81ª

REPRESENTAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1. Durante a execução do Contrato, o adjudicatário é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. No prazo de dez dias após a assinatura do Contrato, o adjudicatário confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
3. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
4. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
5. A entidade adjudicante poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e/ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.
6. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o adjudicatário é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
7. O adjudicatário deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
8. O adjudicatário deve designar um responsável pelo cumprimento da

legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Cláusula 82ª

REPRESENTAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Durante a execução do contrato, a entidade adjudicante representada pelo diretor de fiscalização da obra, em todos os aspetos relacionados com a obra, e pelo gestor do contrato, a indicar no contrato, em todos os outros aspetos da execução do contrato, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação contratual, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. A entidade adjudicante notifica o adjudicatário da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos, até à data da consignação ou na primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação da entidade adjudicante em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo adjudicatário nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.
4. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 83ª

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

1. Todas as comunicações entre as partes relativamente ao contrato devem ser efetuadas por escrito, mediante carta ou telefax, e dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma das Partes, identificados no Contrato.
2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as comunicações efetuadas por escrito considerar-se-ão realizadas na data da respetiva receção ou, se fora das horas de expediente, no primeiro dia útil

imediatamente seguinte.

3. As comunicações efetuadas mediante carta registada com aviso de receção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respetivo aviso.
4. Não se consideram realizadas as comunicações efetuadas por telefax, cujo conteúdo não for perfeitamente legível pelo respetivo destinatário, desde que este comunique esse facto à parte que tiver emitido a referida comunicação no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da respetiva receção.
5. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, são convencionadas as moradas indicadas contrato, nos termos do no n.º1.
6. A alteração das moradas indicadas no n. 1 deve ser comunicada à outra parte, por carta registada com aviso de receção, nos 30 (trinta) dias subsequentes à respetiva alteração.

Cláusula 84ª

DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
2. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
3. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 85ª

CONFIDENCIALIDADE

O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do Contrato, incluindo os seus trabalhadores ou quaisquer subempreiteiros nesta obrigação, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.

Cláusula 86ª

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 87ª

LITÍGIOS

Quaisquer litígios emergentes do contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que se determina como o competente com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 88ª

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município de Matosinhos ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços/Adjudicatário/fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Matosinhos ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município de Matosinhos, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.
3. No caso em que exista autorização do Município de Matosinhos para a

subcontratação de outras entidades para a prestação de serviços, será o Adjudicatário responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

4. O Adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por ele subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos a celebrar com as entidades por si subcontratadas.
5. O Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Matosinhos única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Município de Matosinhos esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Município de Matosinhos contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Prestar ao Município de Matosinhos toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Município de Matosinhos informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção

de dado pessoais;

- g) Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;
 - h) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.
6. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Município de Matosinhos venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.
8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Matosinhos, 5 de março de 2025

A Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos

ANEXO I

ESTUDO PRÉVIO (DOCUMENTOS)

APÊNDICE 1: MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

APÊNDICE 2: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO/LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

APÊNDICE 3: PLANTAS DO EDIFÍCIO, ALÇADOS E CORTES V1

APÊNDICE 4: ESTUDO GEOTÉCNICO

APÊNDICE 5: DOCUMENTOS A SUBMISSÃO PARA A FASE DO PROJETO

APÊNDICE 6 – MAPA “ACINGOV”

APÊNDICE 7: CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

CONDIÇÕES TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Âmbito dos serviços a prestar na fase de elaboração do projeto:

A presente prestação de serviços destina-se ao desenvolvimento de todos os Projetos necessários à Execução do Conjunto Habitacional de Guifões. O projeto de execução será elaborado em conformidade com as Disposições Gerais definidas no Capítulo I da Portaria n.º 255/23 de 07 de agosto e das disposições especiais para cada um dos projetos de engenharia que fazem parte:

- a) 1ª Fase
 - i. Anteprojeto
- b) 2ª Fase
 - ii. Projeto de Execução e Assistência Técnica

O Anteprojeto e o Projeto de Execução incluem todas as especialidades de engenharia necessárias para esse fim:

- Projeto de arquitetura;
- Projeto de engenharia: estruturas com escavação e contenção periférica;
- Projeto de Engenharia: rede de drenagem de águas residuais;
- Projeto de Engenharia: rede de drenagem de águas pluviais;
- Projeto de Engenharia: rede de abastecimento de água;
- Projeto de Engenharia: instalações elétricas;
- Projeto de Engenharia: Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC);
- Projeto de Engenharia: instalações mecânicas;
- Projeto de Engenharia: ventilação;
- Projeto de Engenharia: Segurança contra incêndio;
- Projeto de Engenharia: verificação do Comportamento Térmico - RCCTE;
- Projeto de Engenharia: Acústica — verificação regulamentar;
- Projeto de Engenharia: arranjos exteriores, incluindo rede de rega automática e pavimentos;
- Projeto de Higiene e Segurança no Trabalho (Só na execução);
- Plano de Gestão de Resíduos (Só na execução);
- Deverão ainda ser incluídos todos os trabalhos de suporte ao desenvolvimento

do Projeto, tais como a Coordenação de Segurança em Projeto (Só na execução e inclui Plano de Segurança e Saúde em fase de Projeto).

Entende-se que o adjudicatário já terá incluído, na sua proposta, todos os custos que considera necessários para a elaboração do Projeto, não sendo aceite pela entidade adjudicante qualquer custo acrescido durante a elaboração do projeto.

Para além destes, o adjudicatário deverá ter incluído todos os trabalhos/estudos que entenda necessários à fiabilidade do seu projeto e que não tenham sido referidos anteriormente.

Inclui-se no âmbito deste contrato a realização do Dossier de Apresentação do Projeto, cuja finalidade é a validação junto da Tutela e demais entidades competentes. O Dossier deve ser estruturado conforme instruções da entidade

adjudicante, devendo ser entregues três cópias, em suporte informático e revisto em cada fase de entrega do projeto.

O Projetista deverá considerar a plena disponibilidade e o apoio técnico para a realização de reuniões a ter lugar na sede da entidade adjudicante, para apresentações públicas e outro tipo de ações junto das entidades que interagem com um projeto desta natureza.

Cláusula 89ª

EQUIPA TÉCNICA

1. Será da competência do Adjudicatário a Coordenação de toda a equipa de Projetistas envolvidos, de modo a garantir obrigatoriamente a coerência e compatibilidade do projeto e das várias especialidades.
2. O adjudicatário já se terá vinculado, na sua proposta, a indicar todos os elementos constituintes da equipa, acompanhando essa indicação com todos os elementos previstos no Anexo II, Apêndice 1 ao Programa do Concurso.
3. A equipa técnica a afetar pelo Adjudicatário, nos termos do Anexo II, Apêndice 1 ao Programa do Concurso, deverá incluir todos os recursos humanos necessários com as habilitações e experiência profissional adequadas para as funções que desempenhem ou executem.
4. No Apêndice 1 às presentes Condições Técnicas indicam-se as habilitações e experiência profissional mínimas que devem possuir os técnicos designados para as funções aí indicadas, devendo a equipa técnica apresentada nos termos do Anexo II, Apêndice 1 ao Programa do Concurso respeitar rigorosamente estes requisitos mínimos.

Cláusula 90ª

CONDIÇÕES TÉCNICAS

1. São apresentados em anexo documentos técnicos que constituem peças de referência para o desenvolvimento destes projetos.
2. O Projeto deverá ser realizado garantindo o cumprimento de toda a legislação nacional e comunitária inerente aos Projetos de Obras Públicas em geral. Deverão também ser considerados todos os requisitos técnicos e funcionais específicos da rede da entidade adjudicante.
3. À exceção de qualquer projeto que seja excluído nos termos do presente Caderno de Encargos, deverão ser desenvolvidas todas as especialidades necessárias para o perfeito funcionamento do Sistema e para a sua integração no território, nomeadamente na malha urbana.
4. O Projeto será realizado mediante acompanhamento contínuo por parte da entidade adjudicante e dos técnicos por ela indicados, pelo que deverá ser considerada a necessidade de realização de reuniões periódicas nas instalações da entidade adjudicante, para análise do Projeto e do seu andamento, bem como a produção de elementos gráficos ou outros que permitam informar detalhadamente a entidade adjudicante do ponto em que se encontra o mesmo.
5. Para cada fase do projeto, deverão ser elaborados, para aprovação da entidade adjudicante, documentos finais em suporte informático, três cópias, incluindo o modelo BIM.
6. Os trabalhos de prospeção geotécnica e relatório dos trabalhos de campo e ensaios de amostras necessários ao perfeito desenvolvimento dos projetos são da responsabilidade da entidade adjudicante, que os disponibilizará ao adjudicatário até 60 dias após a data da entrada em vigor do contrato.
7. O levantamento topográfico da área de intervenção, necessário ao perfeito desenvolvimento do projeto, é da responsabilidade da entidade adjudicante, sendo disponibilizado ao adjudicatário no **Anexo I, Apêndice 2**.

Cláusula 91ª

CONTEÚDO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

1. A prestação de serviços incluída no presente contrato diz respeito à

elaboração de um Projeto de Execução. Devem ser observadas as disposições legais relativas à elaboração de projetos de obras públicas, designadamente as incluídas na Portaria 255/23 de 7 de agosto, nomeadamente no que se refere ao seu conteúdo e faseamento.

2. Desenvolvimento do Projeto com uso de *Building Information Modeling (BIM)*, de acordo com o Apêndice III do Anexo II.

Cláusula 92ª

CONDIÇÕES ESPECIAIS

1. Em caso de adjudicação, os documentos de prevenção, designadamente o plano de segurança e saúde e a compilação técnica, serão elaborados de acordo com o Decreto-Lei n° 273/2003, de 29 de outubro.
2. Na elaboração dos projetos a apresentar no âmbito do presente concurso, deverão ser previstas medidas mitigadoras adequadas aos impactos ambientais das obras, que venham a ser identificados.
3. Para cada unidade de trabalho quantificada, deverá ser apresentada a respetiva especificação e condição técnica, sendo descrito com rigor o correspondente critério de medição.
4. A entidade adjudicante reserva-se o direito de, em tempo útil, determinar o uso de documentos tipo para qualquer dos documentos anteriormente solicitados.
5. A entidade adjudicante reserva-se o direito de, em tempo útil, determinar o uso de especificações técnicas e critérios de projeto a utilizar na conceção e na realização do projeto.
6. O âmbito dos serviços a prestar deverá, em tudo o que for aplicável, observar toda a regulamentação e legislação aplicável, nomeadamente todas as normas, instruções, recomendações e regulamentos, as normas técnicas da Agência de Energia do Porto em matéria de sustentabilidade, da entidade adjudicante ou outras em vigor e aplicáveis, sobre a ordenação e conteúdo dos projetos, assim como as instruções que sejam transmitidas pela entidade adjudicante quando não existam outras sobre o tema.
7. O adjudicatário deve ainda respeitar as obrigações decorrentes de

pareceres, recomendações, autorizações ou licenciamentos das entidades vinculadas nesta matéria, considerando-se incluídos todos os procedimentos e ações necessários para dar cumprimento a estas exigências.

8. O projeto a fornecer deverá ser instruído com o detalhe necessário em termos de peças escritas e desenhadas, de tal forma que permita assegurar a completa caracterização, especificação, pormenorização, identificação, localização e quantificação de todos os elementos e/ou instalações objeto do projeto de execução, não podendo o adjudicatário escusar-se ao fornecimento à entidade adjudicante, ou a quem por ela for designado, de quaisquer elementos que sejam considerados necessários ao cumprimento deste requisito.
9. Com o pagamento do montante relativo à elaboração do projeto, fica a entidade adjudicante plena proprietária de qualquer projeto que seja desenvolvido pelo adjudicatário no âmbito do contrato, podendo a entidade adjudicante usar o projeto nos termos que entender como conveniente, considerando, assim, transferidos para a entidade adjudicante, contra aquele pagamento, todos os direitos de propriedade e direitos de autor que sobre aquele projeto recaiam.
10. O projeto e toda a documentação, em cada uma das respetivas fases de desenvolvimento, devem obedecer ao sistema de qualidade, de codificação de documentos e orientações funcionais em vigor na entidade adjudicante e constantes dos anexos ao presente Caderno de Encargos, ser redigidos na sua totalidade em língua portuguesa e ser presentes na seguinte forma e número de exemplares: três exemplares em suporte digital de todas as peças fornecidas, que permitam a exata reprodução dos elementos fornecidos, em formatos do tipo ms word, ms excel, dwg e dxf ou outros aprovados pela entidade adjudicante, bem como três processos em formato A3, com as peças desenhadas à escala reduzida. As peças de projeto devem ser apresentadas com a antecedência considerada adequada pela entidade adjudicante e dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.
11. O adjudicatário assume a inteira responsabilidade de assegurar a operacionalidade, funcionalidade, integração e compatibilização do seu projeto com as funcionalidades pré-existentes, devendo definir as diferentes

localizações dos equipamentos, percursos e diferentes tipologias de caminhos de cabos, para as diferentes cablagens e os negativos que cada equipamento necessita para a sua instalação, com o intuito de compatibilizar projetos e otimizar espaços e funções, o que reverte sempre em benefício da instalação, da respetiva manutenção, do custo, do prazo e da segurança da instalação.

12. É da responsabilidade do adjudicatário a elaboração de todos os estudos de pré-operação necessários para o desenvolvimento do projeto.
13. No desenvolvimento dos projetos de execução, é da responsabilidade do adjudicatário a execução dos ensaios e estudos complementares, por forma a caracterizar com mais detalhe o existente e os pressupostos de projeto.
14. As várias fases do projeto serão submetidas à aprovação da entidade adjudicante e deverão ser sempre assinados pelos seus autores, com indicação expressa da adequada qualificação académica e profissional que deverão possuir para o efeito, nos termos da lei.
15. O projeto deverá ser organizado por volumes, individualizados de acordo com as especialidades presentes em projeto e com os documentos complementares identificados (mapa de quantidades, especificações e condições técnicas e plano de segurança e saúde em fase de projeto), cujas peças escritas e desenhadas deverão ser devidamente identificadas num índice geral.
16. Sempre que, em qualquer especialidade, o respetivo projeto deva ser sujeito a um processo de licenciamento, será da responsabilidade do adjudicatário a sua devida instrução e apresentação, bem como a execução de todas as ações necessárias com vista ao seu deferimento.
17. Os projetos, desde a fase de conceção até ao seu completo desenvolvimento, deverão ser elaborados de forma a garantir a sua conformidade com as normas legais e regulamentares, nomeadamente os princípios gerais de prevenção de riscos profissionais consagrados no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, e os requisitos estabelecidos no presente caderno de encargos, devendo o adjudicatário fornecer evidências que comprovem o cumprimento das inerentes exigências.

- 18.O adjudicatário deverá também demonstrar a exequibilidade e adequabilidade das soluções numa perspetiva de otimização dos prazos de realização da obra e dos custos associados de implementação, funcionamento e manutenção, devendo ainda ser evidenciada a conformidade do projeto com os requisitos de segurança, qualidade e ambiente.
- 19.O adjudicatário definirá os elementos de segurança passiva para cada uma das instalações, bem como as condições de acessibilidade às instalações/equipamentos para manutenção, tendo em linha de conta que os sistemas de segurança, controlo de acessos e funcionalidade das áreas definidas pelo projetista, que deverão ser articulados de acordo com as necessidades próprias e as de outras instalações que coexistirem, assim como com outras interferências que se detetarem e condicionalismos impostos pela entidade adjudicante.
- 20.No decurso do processo de aprovação do projeto de execução, o adjudicatário obriga-se a promover as revisões e correções de projeto conducentes ao cumprimento do objeto do contrato, dentro dos prazos previstos da prestação de serviços (elaboração e aprovação das várias fases do projeto).
- 21.Uma vez aprovado o projeto de execução e concluída esta fase da prestação de serviços, o adjudicatário obriga-se à prestação da assistência técnica definida nos termos legais.
- 22.Os documentos técnicos constantes do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos deverão ser considerados na elaboração do projeto, devendo, contudo, o adjudicatário proceder à sua análise de validação.
- 23.O adjudicatário deve elaborar e compilar todos os documentos que se enquadrem no âmbito da sua prestação de serviços para efeito de instrução dos processos de certificação das infra-estruturas de serviço público. O adjudicatário deverá diligenciar junto das entidades certificadoras no sentido de validar a documentação a entregar no âmbito da sua prestação de serviços.

SEGURANÇA E SAÚDE NA FASE DO PROJETO

1. O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições em matéria de Segurança na fase de Projeto, de acordo com o enquadramento legal do Decreto-Lei n° 273/2003, de 29 de outubro.
2. A entidade adjudicante nomeará o Adjudicatário como Coordenador de Segurança em Projeto, devendo esta garantir a efetiva incorporação dos princípios gerais de prevenção de riscos profissionais, bem como para garantir a harmonização das diversas medidas adotadas em fase de projeto, de tal forma que o Projeto seja elaborado com os necessários detalhes, especificações, definições e uniformidade, capaz de garantir a sua execução e posterior utilização, tendo em linha de conta os seguintes aspetos:
 - a) As escolhas técnicas desenvolvidas no Projeto, incluindo as metodologias relativas aos processos e métodos de instalação, bem como os materiais e equipamentos a incorporar;
 - b) As definições relativas aos processos de execução do Projeto, incluindo as relativas às diversas especialidades, as condições de implantação e os condicionalismos envolventes da execução dos trabalhos;
 - c) As soluções organizativas que se destinem a planificar os trabalhos ou as suas fases, bem como a previsão do prazo da sua realização;
 - d) Os riscos especiais para a segurança e saúde e as medidas ou soluções complementares de segurança, relativamente às definições específicas do Projeto;
 - e) As definições relativas à utilização, manutenção e conservação do sistema;
3. Os procedimentos para operar o sistema de BRT, bem como a sua compatibilização com as atividades decorrentes do projeto em apreço, nomeadamente, no que se refere às interferências com a exploração.
4. O Coordenador de Segurança em Projeto deve estar disponível para todas as reuniões a haver com a entidade adjudicante.
5. Tal como definido no n.1 do Artigo 19 do Decreto-Lei n 273/2003, de 29 de outubro, cabe ao Coordenador de Segurança em Projeto assegurar que os autores de projeto tenham em atenção e incorporem nos projetos, os princípios e aspetos mencionados nas alíneas anteriores, colaborar com a entidade adjudicante na preparação da execução do fornecimento e/ou da

empreitada, elaborar o Plano de Segurança e Saúde em Projeto.

6. O corolário desta atuação integrada de Coordenação de Segurança em Projeto traduzir-se-á, pois, na elaboração do Plano de Segurança e Saúde que deverá, de forma efetiva, traduzir a incorporação dos princípios de segurança anteriormente enunciados, perspetivados na lógica de execução do Projeto. Deste modo, todas as peças de projeto deverão ser assinadas pelo Coordenador de Segurança em Projeto.

Cláusula 94ª

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE EM PROJETO

1. O Plano de Segurança e Saúde constitui um instrumento fundamental para o planeamento e organização da Segurança na instalação, devendo ser elaborado na fase de projeto e evoluir através dos necessários desenvolvimentos e especificações para a fase de instalação, ensaios e colocação em serviço, tratando-se de um único documento que acompanha todo o processo de execução, desde o Projeto até à conclusão da obra.
2. O Plano de Segurança e Saúde deverá ser elaborado pelo adjudicatário, enquanto Coordenador de Segurança em Projeto, em rigorosa obediência à Nota Técnica já apresentada pelo adjudicatário na sua proposta.
3. O Plano de Segurança e Saúde deve ser elaborado nos termos do Decreto-Lei no 273/2003, de 29 de Outubro, devendo enunciar de forma objetiva e concreta, os riscos evidenciados para a concretização da obra objeto do Projeto em questão, bem como as medidas preventivas a adotar tendo em linha de conta o tipo de trabalhos a executar, os riscos especiais, a gestão de segurança na obra, as metodologias relativas aos processos construtivos, materiais e produtos identificados no projeto e faseamento e programação dos trabalhos.
4. O adjudicatário assegura, com a elaboração do Plano de Segurança e Saúde, a previsão antecipada dos domínios relevantes para o planeamento da prevenção dos riscos, tais como os que respeitam a:
 - a) Tipo de instalação, uso previsto, definições estruturais e das diversas especialidades de projeto, soluções técnicas previstas, produtos e materiais a utilizar;

- b) Atividades externas à obra que possam ter desenvolvimento no mesmo local ou na sua proximidade;
- c) Especificações sobre a organização e programação da obra;
- d) Procedimentos de operação e manutenção.

ANEXO II

Apêndices

Apêndice 1: Equipa Técnica

APÊNDICE 2: TABELA COM MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

APÊNDICE 3: REQUISITOS BIM A SATISFAZER

ANEXO II: APÊNDICE 1**EQUIPA TÉCNICA**

1. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar e a afetar à execução do contrato, pelo menos, os seguintes técnicos, os quais devem obrigatoriamente respeitar e considerar os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Coordenação do Projeto de Execução;
 - i) O Coordenador de Projeto (de acordo com a Lei n. 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n 40/2015, de 1 de junho) será um engenheiro Civil licenciado pré-Bolonha ou mestre, inscrito na respetiva Ordem Profissional como engenheiro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - b) Responsabilidade pela elaboração dos vários Projetos de especialidades que compõem o Projeto de Execução:
 - i) Responsável pela componente de Arquitetura e Inserção Urbana:
 - ii) Categoria III - Arquiteto com a experiência e habilitações previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho);
 - iii) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - c) Responsável pela componente Obras de Escavação e Pavimentação:
 - i) Categoria III (Obras de Escavação e Pavimentação) — Licenciado pré Bolonha ou mestre em engenharia Civil com a experiência prevista na Lei n. 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei n 40/2015, de 1 de junho);
 - ii) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional como engenheiro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - d) Responsável pela especialidade de Fundações e Estruturas:
 - i) Categoria III (Fundações e Estruturas) — Licenciado pré Bolonha

ou mestre em engenharia Civil com a experiência prevista na Lei n. º31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei n. 40/2015, de 1 de junho;

- ii) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional como membro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
- e) Responsável pela especialidade de Energia e/ou Instalações Elétricas
 - i) Licenciado pré-Bolonha ou mestre em engenharia Eletrotécnica, com especialização nas áreas de energia ou Automação, e que possua experiência adequada na função, em obras de tipo e complexidade comparáveis e habilitações previstas na Lei n. 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho).
 - ii) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional como membro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
- f) Responsável pela componente de Telecomunicações (ITED)
 - i) Licenciado pré-Bolonha ou mestre em engenharia Eletrotécnica, que possua experiência adequada na função, em obras de tipo e complexidade comparáveis e habilitações previstas na Lei n. 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho).
 - ii) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional como membro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - iii) Responsável pela especialidade de Engenharia Mecânica
 - iv) Licenciado pré-Bolonha ou mestre em engenharia Mecânica, com especialização nas áreas de energia ou Automação, e que possua experiência adequada na função, em obras de tipo e complexidade comparáveis e habilitações previstas na Lei n. 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho).
 - v) Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional como membro Sénior e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.

- g) Equipa Técnica a afetar à execução da obra:
- i) O Diretor de Obra deverá ter o seguinte perfil técnico:
 - i) Licenciado pré-Bolonha ou Mestre em Engenharia Civil com a qualificação específica adequada para a função e experiência neste tipo de obra e habilitações previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho). Deverá inscrito na respetiva Ordem Profissional como membro Sénior e com uma experiência comprovada em obras similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - ii) O Responsável pela Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho deverá ter o seguinte perfil técnico:
 - Técnico com formação académica superior e com qualificação profissional de Técnico Superior de Segurança, habilitado com título profissional válido, enquadrado nos níveis 6 a 8, consoante a respetiva habilitação académica.
 - iii) O Responsável pela execução dos trabalhos de infraestruturas e serviços afetados deverá ter o seguinte perfil técnico:
 - Licenciado em Engenharia Civil, com experiência comprovada na função de, pelo menos, 10 (dez) anos.
 - iii) Responsável pela componente de Sistemas Técnicos:
 - Engenheiro Eletrotécnico, área de Energia, Sistemas de Potência, Telecomunicações ou Automação, e que possua experiência adequada na função, em obras de tipo e complexidade comparáveis e habilitações previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (alterada e republicada pela Lei nº 40/2015, de 1 de junho);
 - Deverá estar inscrito na respetiva Ordem Profissional e possuir uma experiência comprovada em projetos similares de, pelo menos, 10 (dez) anos.
2. Em caso algum será consentida a acumulação das funções de gestão da segurança e saúde com as de Diretor de obra.
3. No que diz respeito aos Técnicos Responsáveis pela implementação e controlo das condições de segurança (Técnicos de Segurança), deverão ter,

no mínimo, a qualificação de nível III, com experiência comprovada na função de pelo menos 5 anos em obras similares.

4. O adjudicatário deverá mobilizar a equipa necessária que assegure as componentes de gestão de Planeamento e Qualidade durante as fases de conceção (projeto) e de obra.
5. A entidade adjudicante poderá impor a substituição de qualquer elemento da equipa dos elementos responsáveis pela orientação da obra, em caso de incumprimento grave das obrigações a que os mesmos se encontram adstritos.
6. A substituição pelo adjudicatário de qualquer elemento da equipa técnica indicada na proposta, designadamente os técnicos responsáveis pela orientação da obra, deverá ser efetuada por outro técnico com qualificações e currículo idêntico ou superior e depende sempre da aprovação da entidade adjudicante.

ANEXO II: APÊNDICE 2

TABELA COM MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

Eficiência energética e hídrica	
Classe	medidas /ações
Envolvente do Edifício	Materiais reciclados
	Tratamento térmico da envolvente - inércia térmica
	Proteção solar dos vãos - preferencialmente pelo exterior (priorizar sistemas fixos)
	Otimização dos vãos envidraçados (análise paramétrica da dimensão dos vãos envidraçados) - Dimensionamento Ajustado
	Otimização de iluminação natural
	Utilização de isolamentos de forma generalizada (instalações hidráulicas, aquecimento e arrefecimento, distribuição de ar, etc)
Sistemas Activos - Climatização, iluminação, UPAC e outros	Favorecer soluções que permitam ventilação híbrida (ventilação natural cruzada e mecânica)
	Evitar a utilização de soluções com recurso à combustão
	Produção de água quente sanitária - painéis solares térmicos + apoio
	Equipamentos Climatização com eficiência > 10% que a referência
	Equipamentos Climatização com eficiência > 20% que a referência

	Equipamentos Climatização com eficiência > 50% ou sup. que a referência
	Controlo de iluminação por dimmers (prioridade à iluminação natural)
	Controlo de iluminação de acordo com o RECS e EM 12464
	Luminárias mais eficientes (referências - regulamentação RECS)
	Equipamentos hídricos de alta eficiência (classificação)
	Autoclismos de dupla descarga
	Painéis fotovoltaicos
Automação e Controlo	Sistema GTC - controlo de AVAC, Iluminação e intrusão
	Sistema de Gestão de Energia: equipamentos que permita monitorização em sincronismo com a GTC

ANEXO III

CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA

Secção nº1**ÂMBITO E OBJETO DO CONCURSO**

1. O presente Concurso Público com publicidade Internacional tem por objeto a adjudicação de uma proposta para elaboração do Projeto de Execução e realização dos trabalhos de construção da Empreitada do Conjunto Habitacional de Guifões, conforme melhor identificado no Estudo Prévio que constitui o Anexo I ao Caderno de Encargos.
2. Os trabalhos a executar são todos aqueles necessários para o funcionamento do sistema, de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos e demais documentos que integram o Processo de Concurso.
3. O Conjunto habitacional localiza-se na Av. Eng.º António Jorge Oliveira Maia – União de Freguesias Custóias, Leça do Balio e Guifões- (CP 4460-148 Guifões) - Matosinhos.
4. Coordenadas GPS: 41°11'50.3"(N)/8°39'54.4"(W)
5. Bloco para habitação coletiva (Lote7) composto por cave +r/chão+4pisos, com área acima do solo de 4.636,20m² (conforme Anexo I-Apêndice 2).
6. O âmbito da empreitada é definido pela execução de todos os trabalhos necessários para a materialização do edifício.

EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA**1. CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

- 1.1. Estas especificações para os trabalhos de construção do Conjunto Habitacional de Guifões devem ser entendidas como especificações gerais, cabendo ao adjudicatário atualizá-las face ao Projeto de Execução cuja elaboração faz parte do objeto do Contrato.
- 1.2. Os trabalhos a que respeitam estas Condições Técnicas incluem a construção de todas as estruturas e infraestruturas, incluindo o fornecimento e a operação de todas as instalações, trabalhos, equipamentos e todos os outros consumíveis necessários para a execução e acabamento dos trabalhos objeto do Contrato.
- 1.3. Compete ao adjudicatário proceder à análise e ao estudo da informação que lhe é facultada, bem como completar esta informação com todos aqueles elementos a mais que considere necessários.
- 1.4. Nos trabalhos e/ou ensaios envolvendo vários empreiteiros e/ou fornecedores, deverão ser tidas em consideração as disposições constantes da Cláusula 21.a do Caderno de Encargos. A coordenação e a documentação necessárias não podem dar lugar a omissões quanto à partilha de responsabilidades e não darão lugar a qualquer encargo para a entidade adjudicante.
- 1.5. No âmbito da empreitada incluem-se todos os trabalhos acessórios necessários para colmatar as questões de interligação e fronteira com os fornecimentos e/ou empreitadas com os quais se deverá coordenar.
- 1.6. Toda a documentação produzida pelo adjudicatário deverá obedecer ao Sistema de Gestão da Qualidade elaborado de acordo a Nota Técnica apresentada pelo adjudicatário na sua proposta e em estrito respeito pelas boas regras.
- 1.7. Toda a documentação produzida pelo adjudicatário deverá ainda obedecer

às regras de codificação de documentos e orientações funcionais em vigor na Câmara Municipal de Matosinhos, enquanto entidade adjudicante.

- 1.8. Toda a documentação produzida pelo adjudicatário deverá ser integralmente redigida em língua portuguesa, sendo apresentada em 2 (dois) exemplares em suporte papel e 2 (duas) cópias em suporte informático de todas as peças fornecidas (que permitam a exata reprodução dos elementos fornecidos em suporte papel], em formatos AUTOCAD 2016 (*.dwg ou *.dxf), MS OFFICE 2016 e MS Project 2016, cuja versão é especificada pela entidade adjudicante, ou outros formatos aprovados pela entidade adjudicante, devendo ser apresentada com a antecedência indicada pela entidade adjudicante e dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.
- 1.9. No que diz respeito à realização de ensaios, o calendário e o horário de quaisquer ensaios a realizar não poderão ser considerados pelo adjudicatário como limitativos da sua responsabilidade nem tão-pouco como um condicionalismo da respetiva valorização financeira. O adjudicatário deverá ter considerado na sua proposta que esta é totalmente incondicionada em face da realização dos ensaios que venham a ser considerados necessários pela entidade adjudicante.
- 1.10. Todos os intervenientes na execução do contrato deverão fornecer de maneira coordenada entre si as diferentes localizações dos equipamentos, percursos e diferentes tipologias de caminhos de cabos, para as diferentes cablagens e os negativos que cada equipamento necessita para a sua instalação, com o intuito de compatibilizar projetos, e otimizar espaços e funções, o que reverte sempre em benefício da instalação, da manutenção e da atribuição de responsabilidades entre fornecedores: em definitivo, em benefício do custo, do prazo e da segurança do sistema, sem que a definição da solução final possa introduzir encargos adicionais para a entidade adjudicante.
- 1.11. O adjudicatário definirá os elementos de segurança passiva para cada uma das suas instalações, bem como as condições de acessibilidade às instalações/equipamentos para manutenção, tendo em linha de conta que

os sistemas de segurança, controlo de acessos e funcionalidade das áreas a definir pelo adjudicatário deverão ser articulados de acordo com as necessidades próprias e as de outros fornecimentos/empreitadas que coexistirem, ou assim como com outras interferências que se detetarem e condicionalismos impostos pela entidade adjudicante.

1.12. O adjudicatário deverá promover ações de formação, cumprindo com o disposto na Cláusula 57.º do Caderno de Encargos.

1.13. A formação deve estar concluída em tempo oportuno e útil para que os colaboradores da entidade adjudicante e da Fiscalização possam acompanhar os ensaios, a instalação e a colocação ao serviço do sistema.

1.14. O adjudicatário é responsável por assegurar a completa transferência de tecnologia, incluindo software para manutenção e respetivas licenças e manuais, que permitam à MP a operação, manutenção e expansão dos equipamentos e sistemas incluídos no âmbito da empreitada.

1.15. O adjudicatário deverá apresentar os modelos-tipo de todos os documentos a fornecer, os quais deverão obedecer ao Caderno de Encargos e serão objeto de análise, discussão e aprovação pela entidade adjudicante, devendo respeitar todas as regras definidas no Processo de Concurso.

Secção nº3

ENSAIOS

Os Ensaios a realizar serão de completa responsabilidade do adjudicatário, incluindo os respetivos custos, abrangendo todos os aspetos a evidenciar quanto a características, performances, compatibilidades e funcionalidades dos materiais, das infraestruturas construídas ou fornecidas e dos equipamentos e sistemas fornecidos, instalados e interligados entre si, bem como os requisitos de segurança, para utilização/operação, de manutenção e manutibilidade e cumprimento de normas e recomendações aplicáveis.

Secção nº4

MARCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

I. Princípio de Codificação

- O número de identificação dos equipamentos deverá ser constituído por:

xX.XX	x	XX	XX
Cód. Geográfico	Cód. Sistema	Cód. função	N. de Ordem

- Código do Sistema:

Cód. Sistema	Descrição
I	Iluminação e Força Motriz
T	Telecomunicações
B	Bombagem

- Código Geográfico — O código geográfico a inserir deverá ser o da referência de identificação do “troço-lote”.
- Código de Função — Deverão ser adotados os seguintes códigos de identificação da função, sempre que aplicável:

Código	Utilização
on	Quadro Geral B.T. 400/230V ac
OP	Quadro Parcial B.T.400/230V ac
OS	Quadro Distribuição do Sistema 400/230V ac
TL	Equipamento Telefónico

Código	Utilização
CD	Caixa de Derivação

- Exemplo:

05.07	I	QG	01
Local	Iluminação e Força Motriz	Quadro Geral	N de ordem da lista de equipamentos

- A identificação do equipamento deverá ser:

Designação	Quadro Geral
N de identificação	0507IQG01

II. Marcação

- Devem ser atendidos os princípios, regras e definições de marcação de material elétrico e cabos seguidas pela entidade adjudicante.

Secção nº5**SERVIÇOS AFETADOS E OUTROS TRABALHOS**

1. É da inteira responsabilidade do adjudicatário a elaboração dos estudos, a aprovação dos mesmos junto das entidades competentes, nomeadamente a Câmara Municipal de Matosinhos, bem como todos os trabalhos inerentes à implementação dos desvios de trânsito necessários para a execução da obra ou de qualquer trabalho decorrente da mesma.
2. Consideram -se todos os custos relativos aos desvios de trânsito incluídos na proposta e dissolvidos nos preços unitários.
3. Em qualquer via ou espaço utilizado para a realização da obra, e salvo qualquer indicação da Câmara Municipal ou outro detentor/gestor da infraestrutura, o adjudicatário deverá no mínimo, no final da utilização, repor as condições inicialmente encontradas.
4. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se incluídos na sua proposta, quaisquer restabelecimentos necessários para o funcionamento das infraestruturas e dos sistemas, que decorram das intervenções objeto do presente concurso, quer se encontrem dentro ou fora dos limites de intervenção.
5. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, a elaboração dos desvios provisórios de redes, mesmo que não incluídos no projeto, desde que as entidades competentes, designadamente, as concessionárias ou entidades municipais, o solicitem como garantia de não interrupção temporária dos fornecimentos respetivos.
6. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, assegurar o baldeamento dos cabos das concessionárias afetadas no âmbito dos desvios de redes a executar, para o que deverá promover, atempadamente, os contactos com aquelas entidades e obter as necessárias autorizações para a realização destes

trabalhos.

7. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, assegurar o desvio de apoios das redes de energia elétrica, no âmbito dos desvios de redes a executar, para o que deverá promover, atempadamente, os contactos com as entidades concessionárias e obter as necessárias autorizações para a realização destes trabalhos.
8. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, assegurar o tratamento adequado de eventuais minas detetadas ao longo do traçado e não cadastradas atualmente, para o que deverá promover uma inspeção do estado da infraestrutura.
9. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, o desvio de infraestruturas prediais.
10. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, o nivelamento de elementos das infraestruturas existentes (tampas, tetos móveis, etc.).
11. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrada na sua proposta, a execução e manutenção ao longo da empreitada da poligonal de apoio. No final dos trabalhos deverá ser fornecida à entidade adjudicante o fecho da poligonal.
12. É da inteira responsabilidade e encargo do adjudicatário, considerando-se integrado na sua proposta, a realização da inspeção vídeo de desvios de redes públicas executados, como forma de garantir a qualidade de execução, bem como a receção por parte das entidades concessionárias dessa rede.
13. O Adjudicatário deverá prever na sua proposta e no seu planeamento, meios humanos e materiais para prospeção de infraestruturas não cadastradas que possam ser afetadas pelos trabalhos e para confirmação

das mesmas previstas em projeto. Deve prever também os respetivos meios de execução dos trabalhos de preparação necessários. Não serão aceites prorrogações de prazos decorrentes da execução destes trabalhos, independentemente da sua natureza.

Secção nº6

ENSAIOS DE RECEÇÃO E PROVAS DE CARGA

A entidade adjudicante reserva-se o direito, de uma vez concluídas as obras, realizar ou mandar realizar os ensaios de receção que julgue necessários, fazendo depender a respetiva receção provisória do esclarecimento que possa advir dos seus resultados.

Secção nº7

SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA

1. Da sinalização da obra constará a colocação de 2 painéis de dimensões 3 x 3 m² com informação escrita a definir pela entidade adjudicante, e que serão colocados na altura da consignação dos trabalhos e retirados imediatamente após a sua receção provisória.
2. Além das placas referidas no artigo anterior serão também colocadas, como encargo do adjudicatário, seis placas referentes a compromissos de âmbito Comunitário com características de durabilidade adequadas e em locais a indicar pela entidade adjudicante. As placas podem ter dimensões superiores às sugeridas aqui, deve ser garantido que são bem visíveis e legíveis e adequadas à localização (interior/exterior) e à durabilidade esperada (temporária/definitiva]. Devem ser colocadas em local facilmente visível pelo público e deverá ser feito registo fotográfico das mesmas com o seu enquadramento, de acordo com o seguinte:
 - a) Placa temporária (a colocar após aprovação do cofinanciamento e durante a duração das obras)
 - b) Placa definitiva (a colocar após a inauguração).
3. Em matéria de painéis informativos deve proceder-se à sua colocação nos extremos da obra e locais a indicar pela entidade adjudicante.
4. Todos os painéis de informação da empreitada deverão ser instalados no prazo máximo de 22 (vinte e dois) dias úteis a partir da data de adjudicação dos trabalhos ou até um prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da Consignação, consoante o que ocorrer primeiro.

5. A entidade adjudicante aprovará previamente todos os painéis, e, reserva-se o direito de, em qualquer altura, colocar ou mandar colocar por terceiros e por conta do adjudicatário todos os painéis em falta ou deteriorados pela falta de conservação por parte do adjudicatário.

Secção nº8

SINALIZAÇÃO DAS OBRAS

1. O adjudicatário obriga-se a colocar nos arruamentos afetados pelas obras desta empreitada, antes de executar qualquer tipo de trabalhos, os sinais e marcas considerados necessários para se garantir as condições de circulação e segurança durante as obras, em estrita obediência ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 01 de outubro, bem como outras disposições em vigor aprovadas pelo Município de Matosinhos no âmbito das suas competências regulamentares.
2. Para conveniente apreciação, o Adjudicatário não poderá iniciar trabalhos que envolvam alterações ou condicionamentos de trânsito sem que sejam aprovados os projetos de sinalização temporária ajustados ao desenvolvimento da obra nas suas diferentes fases, n. 1 do artigo 79.º do referido Decreto Regulamentar, bem como outras disposições em vigor aprovadas pelo Município de Matosinhos ou por entidades gestoras das infraestruturas onde se realizam os trabalhos.
3. Estes projetos deverão ser apresentados no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis anteriores ao início da respetiva intervenção, de acordo com o desenvolvimento do plano de trabalhos do fornecimento, e por forma a que, no dia nele previsto, possam estar aprovados e em condições de serem aplicados.
4. A entidade adjudicante, por intermédio da Fiscalização, verificará o cumprimento rigoroso do exigido nos números anteriores.

Secção nº9

CONSERVAÇÃO DA OBRA DURANTE OS PERÍODOS DE EXECUÇÃO E DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

1. O adjudicatário deverá assegurar, durante os períodos acima referidos e logo após a assinatura do auto de consignação, os trabalhos de conservação necessários para manter em perfeito estado os arruamentos

abrangidos ou afetados pelos trabalhos da empreitada, por forma a serem mantidas as condições existentes à data de consignação dos trabalhos, designadamente o estado dos pavimentos e da drenagem.

2. O adjudicatário deverá assegurar à sua custa todos os trabalhos necessários ao cumprimento do estabelecido no artigo antecedente.

Secção nº10

CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS

1. O adjudicatário deverá construir e manter em boas condições de serviço, no mínimo, as seguintes instalações em estaleiro destinadas ao pessoal, de acordo com o estabelecido nas leis e regulamentos em vigor e neste caderno de encargos:
 - a) Escritórios para os serviços técnicos e administrativos.
 - b) Instalações sanitárias coletivas convenientemente ligadas ao coletor da rede pública, refeitório, e instalações destinadas aos serviços médicos, se for aplicável o estabelecido nos regulamentos em vigor relativos aos serviços médicos do trabalho nas empresas.
 - c) Armazéns para os materiais a empregar na obra e parque para materiais cerâmicos, britas, pedras e outros que possam ser depositados ao ar livre.
 - d) Parque de sucatas devidamente delimitado e vedado.
 - e) Gruas, betoneiras e todo o equipamento, maquinaria e utensílios necessários à execução dos trabalhos.
2. Todas as áreas deverão ser dotadas de meios de vigilância, segurança e de controlo de acessos para sua preservação bem como dos bens nelas existentes.

Secção nº11

INSTALAÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO

1. Salvo indicação em contrário, o adjudicatário obriga-se a ter no Estaleiro Central instalações providas de iluminação e tomadas de corrente elétrica, bem como mobiliário de escritório, a aprovar pela Fiscalização e pela entidade adjudicante, com destino aos serviços destas duas entidades, com as seguintes características:
 - f) Dimensões:

- 1 sala de reuniões com área mínima de 20 m²;
 - 1 sala de reuniões com área mínima de 20m²;
 - 2 sanitários completos com área mínima de 10m² cada;
- a) Instalações sanitárias completas, ligadas à rede pública, com focos luminosos no teto e tomadas de corrente ligadas à respetiva rede de distribuição.
 - b) Telefone: o adjudicatário obriga-se a instalar e manter uma linha de telefone ligada à rede geral, com os encargos mensais por conta do Adjudicatário.
 - c) Ligação Internet de banda larga (mínimo 100 Mbps) com todos os encargos por conta do Adjudicatário.
 - d) Aparelhos de ar condicionado: o Adjudicatário obriga-se a instalar e montar aparelhos de ar condicionado em todos os gabinetes e sala de reuniões.
 - e) Conservação: as despesas respeitantes à conservação destas instalações e os encargos com a energia elétrica e água serão da conta do Adjudicatário;
 - f) Parqueamento junto às instalações com capacidade para 3 viaturas ligeiras, para utilização exclusiva da Fiscalização e da entidade adjudicante, pavimentado em moldes que permitam facilidade de manobra em tempo de chuva.
2. O projeto do escritório da Fiscalização deve ser submetido pelo adjudicatário à prévia aprovação da entidade adjudicante. A sua construção deve respeitar o disposto nos pontos anteriores. Todas as salas deverão ser dotadas de equipamento de refrigeração e aquecimento do ambiente.
 3. Em estaleiro o adjudicatário deverá disponibilizar um escritório para a Fiscalização de acordo com o ponto 1, equipado com WC, mobiliário, energia elétrica, ar condicionado e ligação internet de banda larga (mínimo 100 Mbps).
 4. As instalações do adjudicatário deverão estar concluídas no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a consignação e devem ser mantidas até 60 (sessenta) dias após a receção provisória da empreitada. A desativação e desmontagem destas instalações só deverão ocorrer após comunicação e autorização prévia por parte da Fiscalização e da entidade adjudicante.

Secção nº12

SISTEMA INFORMÁTICO

1. O adjudicatário deverá disponibilizar um sistema de informação e ferramentas que permitam a gestão da informação, a gestão documental

e a comunicação entre os diversos intervenientes. O sistema deverá permitir a sincronização e a integração com o sistema de informação da entidade adjudicante.

2. Estas ferramentas colaborativas devem contribuir para um eficaz desenvolvimento do projeto de construção, através da desmaterialização documental, um sistema de alertas, a automação de processos, o acesso controlado e a interoperabilidade com os sistemas dos intervenientes, nomeadamente da entidade adjudicante e da Fiscalização.
3. Todos os direitos, nomeadamente, desenvolvimentos específicos, licenças, dados, informações e documentos serão entregues à entidade adjudicante e são propriedade da entidade adjudicante.
4. Este sistema deverá ser apresentado até vinte dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

Secção nº13

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

1. O adjudicatário obriga-se a ter em estaleiro 10 Equipamentos de Proteção Individual completos para disponibilizar em visitas do pessoal da entidade adjudicante.

Secção nº14

REPORTAGEM

1. O adjudicatário obriga-se a efetuar mensalmente a Cobertura/Reportagem dos trabalhos, através de fotografias e também de filmes vídeo digitais, em média devem ser estimadas mensalmente 100 fotografias e 30 minutos de vídeo já depois de editado.
2. Deve ainda proceder a filmes vídeo e fotos digitais aéreos (com Drone) de carácter trimestral. em média devem ser estimadas trimestralmente 100 fotografias e 10 minutos de vídeo já depois de editado.

Secção nº15

MATERIAIS REMOVIDOS

1. Será incumbência e encargo do adjudicatário a seleção, aprovisionamento em obra ou estaleiro, carga, transporte e descarga

em instalações da Câmara Municipal de Matosinhos, dos materiais usados levantados da obra, de acordo com instruções da fiscalização ou da Câmara Municipal.

2. Entende-se por materiais usados aqueles que, pelo seu estado, possam ainda ser reutilizados pela entidade adjudicante ou pela Câmara Municipal de Matosinhos, após alguma regeneração, para reaplicação.
3. O adjudicatário obriga-se a comunicar mensalmente à Fiscalização a existência dos materiais referidos no ponto anterior, devidamente discriminados.

Secção nº16

TELAS FINAIS

1. O adjudicatário obriga-se a executar à sua custa todas as telas finais das peças do projeto, constituídas por desenhos, pormenores e peças desenhadas do projeto, com a indicação precisa das alterações que no decurso da obra foram sendo introduzidas pela entidade adjudicante, ou que resultarem de adaptações decorrentes das condições reais de execução dos trabalhos e aprovadas pela entidade adjudicante.
2. O adjudicatário deverá entregar à entidade adjudicante as coleções atualizadas de todos os desenhos, devidamente assinados pelos responsáveis do adjudicatário pela sua realização.
3. Na emissão das telas finais o adjudicatário deverá obedecer às instruções de trabalho emanadas pelo dono da obra.
4. É da responsabilidade do adjudicatário fornecer à entidade adjudicante, antes da realização da Receção Provisória, designadamente, os seguintes elementos relativos à obra executada, tendo em vista a elaboração da Compilação Técnica:
 - a) I n f o r m a ç õ e s técnicas relativas ao projeto geral e aos projetos das diversas especialidades, incluindo memórias descritivas, projeto de execução e telas finais, que refiram os aspetos estruturais, as redes técnicas e os sistemas e materiais utilizados que sejam relevantes para a prevenção de riscos profissionais.
 - b) Informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção.

- c) Informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais de obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos.
 - d) Relatórios de testes os testes e ensaios, seja de materiais, de equipamentos, de funcionalidades ou capacidades e de sistemas que tenha realizado.
5. As telas finais deverão ser entregues à Fiscalização no prazo de 30 (trinta) dias de calendário a contar da data de conclusão dos trabalhos específicos a que se reportam.
 6. Juntamente com as telas finais será entregue o modelo BIM global da obra, de acordo com o construído, devidamente coordenado entre as várias especialidades e com o detalhe requerido, conforme as presentes Condições Técnicas.
 7. A receção provisória da empreitada só poderá ocorrer quando estejam entregues pelo adjudicatário e aprovadas pela Fiscalização todas as telas finais da obra e a Compilação Técnica.

Secção nº17

INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

1. O adjudicatário obriga-se a implementar o Sistema de Codificação de documentos em vigor na entidade adjudicante, bem como os procedimentos associados de gestão documental, designadamente, de acordo com as Orientações Funcionais constantes do Apêndice III ao Anexo II ao Caderno de Encargos. Este Sistema de Codificação de documentos deverá ser aplicado a todos os documentos emitidos pelo adjudicatário por forma a garantir identificação clara e respetiva rastreabilidade de todos a documentação troca da com a entidade adjudicante ao longo do desenvolvimento da empreitada.

Secção nº18

TRABALHOS COMPLEMENTARES

1. Sempre que for necessária a execução de trabalhos complementares, não previstos no âmbito do contrato e desde que ordenados pela entidade adjudicante, a respetiva proposta pelo adjudicatário deverá, obrigatoriamente, ser instruída com o detalhe suficiente para a respetiva

caracterização e justificação, devendo contemplar, expressamente, o prazo de execução do trabalho complementar em CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DO BLOCO HABITACIONAL DE GUIFÕES – MATOSINHOS e as respetivas interferências em termos dos restantes trabalhos, designadamente, no que se refere aos respetivos prazos parciais e global.

Secção nº19

AMBIENTE

1. O adjudicatário a obriga-se a desenvolver, implementar e manter um Sistema de Gestão Ambiental para a Empreitada, com todos os procedimentos a adotar quanto à instalação, gestão, operação e desativação de todas as frentes de obra, bem como de atividades e outros espaços afetos à execução da mesma (ex: estaleiros, acessos).
2. O Sistema de Gestão Ambiental tem como principal objetivo garantir a aplicação, de uma forma eficaz e sistematizada dos requisitos ambientais, respetiva legislação em vigor e tendo em conta as melhores práticas ambientais e técnicas disponíveis e a articulação de uma equipa técnica adequadamente dimensionada para o efeito, a qual integrará, o Responsável de Ambiente em Fase de Obra e respetivos Técnicos de Ambiente.
3. O adjudicatário, em cada momento da execução dos trabalhos, diligenciará no sentido de evitar quaisquer incidências ambientais, reduzindo ou eliminando as causas suscetíveis de alterarem a qualidade do ambiente.
4. A prática pelo adjudicatário, no exercício da sua prestação contratual, de qualquer ato, conduta ou omissão que possa integrar qualquer dos tipos legais de crime previstos na lei, designada e especialmente no que concerne a crimes de natureza ambiental, constituirá causa bastante de resolução do Contrato pela entidade adjudicante, sem prejuízo do direito às indemnizações necessárias a ressarcir a entidade adjudicante dos prejuízos sofridos.
5. Caso venha a ser aplicada à entidade adjudicante qualquer contraordenação por ter sido desrespeitada, pelo adjudicatário, qualquer disposição imperativa de natureza ambiental, o adjudicatário indemnizá-la-

á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

6. O desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental, deverá ser proposto pelo adjudicatário constando a referência ao CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE GUIFÕES. Será elaborado em articulação com a Fiscalização e com a entidade adjudicante e ser entregue no prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato.
7. Para preparar a implementação do Sistema de Gestão Ambiental em obra, o adjudicatário deve, 10 dias úteis antes da Consignação, solicitar à Fiscalização e à entidade adjudicante uma reunião para os esclarecimentos que considere necessários.
8. Caso alguma das Normas ou legislação venha a ser alterada até à assinatura do Contrato, devem ser seguidas as novas versões no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade.
9. O adjudicatário deve apresentar, ainda, descrição atual da empresa no âmbito da implementação do seu Sistema de Gestão Ambiental, no qual deve constar:
 - a) Descrição da situação atual da empresa no âmbito da aplicação do seu Sistema de Gestão Ambiental, incluindo o planeado para o futuro, com indicação expressa do ano em que implementou esse Sistema. Devem ser indicados o âmbito da certificação da empresa e a entidade certificadora.
 - a) Apresentação da cópia da declaração da Política de Ambiente escrita e assumida ao mais alto nível pela empresa e devidamente datada.
 - b) Apresentação do certificado de Conformidade de acordo com a Norma ISO 14001 ou equivalente.
 - c) A informação relativa às alíneas anteriores é extensiva aos Subempreiteiros que forem designados.
10. É da total responsabilidade e encargo do adjudicatário implementar na fase de construção, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, de acordo com a legislação em vigor.
11. O adjudicatário deve apresentar comprovativo do seu registo no SILIAmb (Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente].

12. Sempre que no decurso da obra for necessário o contacto com entidades externas à empreitada / prestação de serviços / fornecimento objeto deste contrato, o Adjudicatário dará conhecimento prévio à entidade adjudicante e à Fiscalização. O adjudicatário obriga-se a acatar a determinação da Fiscalização quanto às diligências necessárias a tomar.
13. Em matéria ambiental, o adjudicatário é o único responsável perante a entidade adjudicante e responderá pelos seus subempreiteiros, cabendo-lhe, igualmente, a responsabilidade perante quaisquer incidentes ou acidentes ambientais que produzam prejuízos ou danos materiais, pessoais ou ambientais.

Secção nº20

SEGURANÇA

1. O adjudicatário está obrigado a desenvolver, implementar e manter um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho - SGSST baseado nos requisitos da Norma OSHAS 18001/NP 4397 ou equivalente, prevendo também desde já a transição para a ISO 45001 ou equivalente, tendo como base o Apêndice II das presentes Condições Técnicas, sem prejuízo do cumprimento de toda a legislação aplicável, nesta área.
2. O SGSST deve estar estruturado para, pelo menos, os primeiros três meses da Empreitada. Este documento deverá ser elaborado tendo em conta o Plano definitivo de Trabalhos II e a necessária articulação com a Fiscalização e com a entidade adjudicante.
3. O SGSST tem que considerar a compatibilização e articulação com a estrutura organizacional da Fiscalização e da Coordenação de Segurança e Saúde, uma vez que se pretende a participação da Fiscalização e da Coordenação de Segurança e Saúde no processo de autocontrolo que o Adjudicatário está obrigada a implementar, nomeadamente nos registos da segurança e saúde no trabalho dessa Entidade, visando a eficácia e economia de meios na realização da obra e evitar a duplicação de registos.
4. Não fica de qualquer modo prejudicado que o adjudicatário proceda desde logo à implementação do previsto no seu SGSST, podendo a Fiscalização ou a Coordenação de Segurança e Saúde determinar em qualquer momento as alterações que entenderem necessárias.

5. O adjudicatário deve, após assinatura do contrato, solicitar à Fiscalização e à entidade adjudicante uma reunião para os esclarecimentos que considere necessários para proceder a essa articulação.
6. Nesta fase serão também definidos os prazos de entrega da documentação prevista e exigível em matéria de segurança e saúde. Para os planos específicos de segurança, deverá o adjudicatário submeter, em condições de aprovação para validação pela Coordenação de Segurança e Saúde, o respetivo desenvolvimento prático do PSS, pelo menos até 22 dias antes de iniciado qualquer trabalho relevante.
7. Sublinha-se o facto de qualquer atividade no estaleiro, incluindo a montagem de instalações ou a execução de redes técnicas provisórias no local da obra, só poder ser iniciada após Validação Técnica por parte do Coordenador de Segurança em Obra e aprovação pela entidade adjudicante do Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde para a fase de obra.
8. Para a elaboração do PSS, o adjudicatário tem que apresentar todos os elementos que venham a ser exigidos, nomeadamente os que sejam considerados importantes para planear os trabalhos, para garantir a segurança e preservar a saúde dos trabalhadores.
9. A entidade adjudicante, o Coordenador de Segurança em Obra e a Fiscalização têm, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos acima referenciados, incluindo relatórios das auditorias efetuadas pelo adjudicatário, podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em partes, em suporte papel e/ou informático.
10. A documentação solicitada deve ser fornecida, sempre que possível, no momento do pedido, ou no prazo máximo de uma semana caso se trate de volumes de informação que exijam mais tempo. Poderá ser acordado outro prazo nos casos justificáveis.
11. A entidade adjudicante e a Fiscalização reservam-se o direito de, em qualquer momento, poderem determinar a reformulação de quaisquer aspetos do SGSST, incluindo a criação de novos registos ou a redefinição do âmbito e extensão da rastreabilidade assim como o direito de participarem

12. em qualquer das fases de implementação do SGSST por si consideradas relevantes.
13. Sem prejuízo das obrigações legais dos Coordenadores de Segurança e Saúde, bem como dos empregadores, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de, em qualquer momento rejeitar o conteúdo de qualquer documento do SGSST que apresente deficiências ou insuficiências.
14. Caso tal venha a acontecer, competirá ao adjudicatário corrigir esses documentos até que sejam aceites pela entidade adjudicante, assumindo o adjudicatário todas as responsabilidades pelos atrasos decorrentes desse facto.
15. A entidade adjudicante, ou as entidades por ela indicadas, podem proceder a auditorias ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde implementado pelo adjudicatário, obrigando-se este a disponibilizar todos os meios solicitados, a participar ativamente nas ações respetivas e a corrigir as não conformidades detetadas no prazo de cinco dias de calendário, caso não venha a ser acordado outro prazo, após a realização da Auditoria.
16. Requisitos para os interlocutores de segurança e Saúde no trabalho em obra:
 - i) Gestor de Segurança e Saúde em Fase de Obra
 - ii) O adjudicatário deverá manter em funções um gestor da segurança aceite pela entidade adjudicante, o qual será responsável pela implantação, implementação e melhoria contínua do SGSST, pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e em particular, pelo correto desenvolvimento e aplicação e implantação entre outros do desenvolvimento prático do PSS para a fase de obra e da Compilação Técnica.
 - iii) Gestor de Segurança não poderá ser substituído sem o prévio acordo da entidade adjudicante, podendo esta determinar em qualquer momento, a sua substituição nos casos de reconhecida falta de competência, de assiduidade ou de empenho e dedicação da função.
 - iv) A entidade adjudicante ou a Fiscalização / Coordenação de Segurança em Obra (CSO) podem, em qualquer momento, vir a criar uma Comissão de Segurança e Saúde da Obra, estabelecendo a sua composição e modo de funcionamento, comprometendo-se o

adjudicatário a integrar nesta Comissão as pessoas que a entidade adjudicante, a Fiscalização e/ou a Coordenação de Segurança e Saúde lhe indicarem de entre o seu pessoal.

- v) Nesse sentido, o adjudicatário deverá promover a eleição dos representantes dos trabalhadores da obra para integrarem essa comissão conforme estipulado na Lei n. 102/2009, de 10 de setembro.
- vi) Em todas as atividades associadas à Segurança, designadamente, na elaboração ou atualização da Compilação Técnica e do PSS para a fase de obra, bem como na implementação deste último, deverão ser atendidos os princípios definidos no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, bem como as regras e procedimentos específicos em vigor na entidade adjudicante e em qualquer subconcessionária da entidade adjudicante.

Secção nº21

QUALIDADE

1. O adjudicatário deve demonstrar a sua capacidade para realizar a obra empregando técnicas de Controlo de Qualidade baseados nos requisitos da Norma ISO 9001 ou equivalente, sem prejuízo de toda a legislação aplicável. Para tal, o adjudicatário deve apresentar a documentação a seguir referida, por forma a permitir uma apreciação dessa capacidade.
2. O adjudicatário deve apresentar num prazo máximo dez dias após a assinatura do contrato uma memória descritiva contendo os seguintes pontos:
 - a) Descrição da situação atual da empresa no âmbito da aplicação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, incluindo o planeado para o futuro, com indicação expressa do ano em que implementou esse Sistema. Devem ser indicados o âmbito da certificação da empresa, a entidade certificadora e o respetivo comprovativo.
 - b) Apresentação da cópia da declaração da Política da Qualidade escrita e assumida ao mais alto nível pela empresa e devidamente datada.
 - c) A informação relativa às alíneas anteriores é extensiva aos Subempreiteiros que forem designados.
3. Relativamente à obra em causa, o adjudicatário deve apresentar o Sistema de Gestão da Qualidade a implementar em obra, por forma a garantir a

qualidade dos diferentes trabalhos a realizar na obra. Este Sistema de Gestão da Qualidade a implementar em obra deve ter em conta os requisitos da Norma ISO 9001 ou equivalente e o preconizado neste Caderno de Encargos.

4. O Sistema de Gestão da Qualidade referido na Cláusula anterior deve, ser desenvolvido pelo Adjudicatário, tendo em conta a necessária articulação com a Fiscalização a indicar pela entidade adjudicante, sendo entregue no prazo de 30 dias após a assinatura do Contrato.
5. Para preparar a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade em obra, o adjudicatário deve, no prazo de 10 dias úteis antes da Consignação, solicitar à Fiscalização e à entidade adjudicante uma reunião para os esclarecimentos que considere necessários.
6. Caso alguma das Normas ou da legislação em vigor venha a ser alterada até à assinatura do Contrato, devem ser seguidas as novas versões no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade.

Secção nº22

BUILDING INFORMATION MODELLING (BIM)

1. INTRODUÇÃO

Com a execução da obra, o adjudicatário deve desenvolver, ao longo da duração do contrato, uma metodologia **BIM** (Building Information Modeling] que resultará na produção de um modelo BIM incluindo as especialidades do projeto e de acordo com o **Apêndice III do Anexo II**.